

Balanço Social

2017



**Divisão de Recursos Humanos
e Formação**





BALANÇO SOCIAL



2017

FICHA TÉCNICA:

Titulo: *Balanço Social 2017*

Edição: *Divisão de Recursos Humanos e Formação*

Junho de 2017

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
1. ORGANOGRAMA DA AR	11
2. CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS.....	15
2.1 – Evolução dos efetivos	15
2.2 – Relação jurídica de trabalho.....	17
2.3 – Pessoal dirigente.....	21
2.4. – Orgânica.....	23
2.5. – Género	24
2.6. – Idade	27
2.7. – Escolaridade.....	33
2.8. – Antiguidade	35
2.9. – Movimentos de pessoal.....	38
2.9.1 – Entradas/Regressos	38
2.9.2 – Saídas.....	39
2.10. – Evoluções na carreira e na categoria.....	42
2.11. – Absentismo.....	43
3. – FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	49
4. – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO.....	57
4.1. – Acidentes de Trabalho	57
4.2. – Doenças Profissionais.....	59
4.3. – Gabinete Médico	59
5. – ENCARGOS FINANCEIROS	65
6. – PROTEÇÃO SOCIAL	73
7. – RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DE DISCIPLINA	77
7.1 – Relações profissionais	77
7.2 – Disciplina	78
8. – COMPOSIÇÃO DOS GABINETES.....	81
9. – EFETIVOS QUE EXERCEM FUNÇÕES NAS ENTIDADES EXTERNAS QUE FUNCIONAM JUNTO DA AR .	84
10. – NOTAS FINAIS.....	89
Síntese	89
ÍNDICE DE GRÁFICOS	93

ÍNDICE DE QUADROS.....	95
ABREVIATURAS.....	97

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

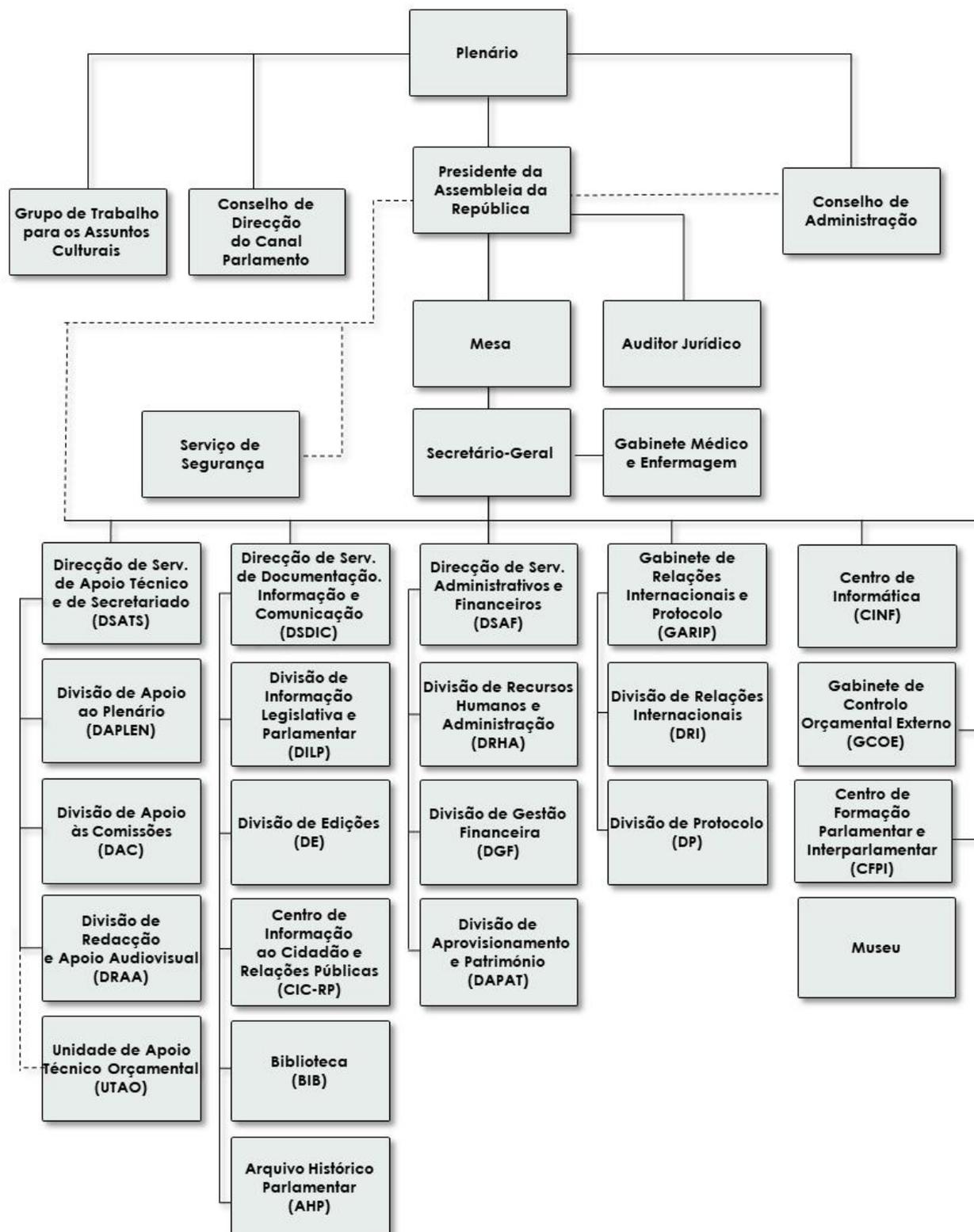
O Balanço Social, elaborado com referência a 31 de dezembro de 2017, pretende apoiar a gestão e políticas estratégicas a adotar em recursos humanos, através da apresentação de indicadores, quadros e gráficos que sintetizam a realidade e interação do capital humano com o meio social envolvente.

Pautado pela transparência dos dados, este documento pretende dar a conhecer a realidade dos recursos humanos e áreas conexas dos serviços da Assembleia da República, nos seus diversos aspetos, permitindo ainda uma análise comparativa, quer face ao período homólogo, quer face ao horizonte temporal mais alargado sempre que tal se justifique.

As entidades que funcionam junto da Assembleia da República não estão incluídas na caracterização efetuada ao longo do Balanço Social, sendo apenas referidas ao nível da sua composição no último capítulo.

ORGANOGRAMA DA A.R.

1. ORGANOGRAMA DA AR ¹



¹ Apesar de ter existido alteração do organograma em 2018, optou-se por apresentar o organograma existente a 31-12-2017

CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

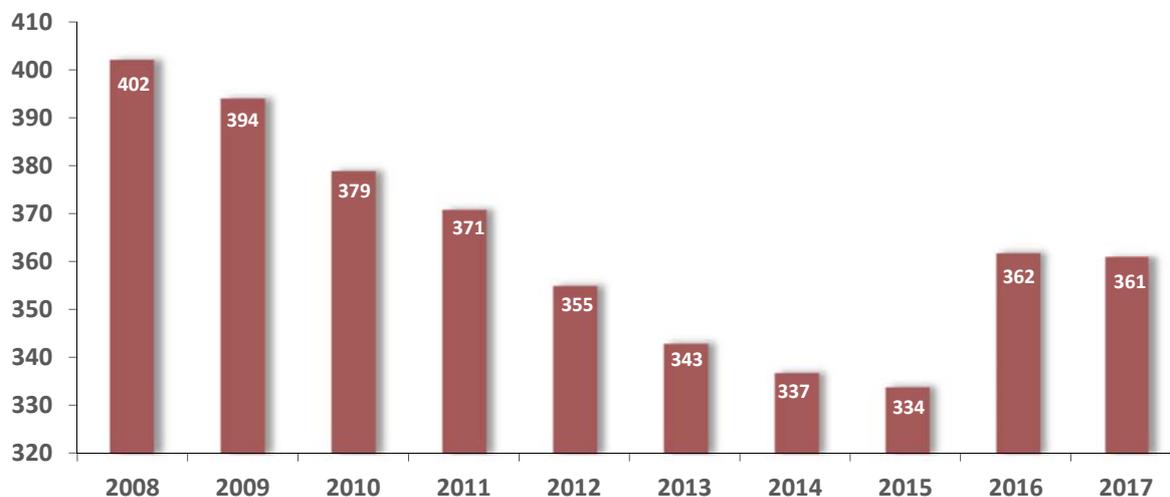
2. CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2017, o mapa da Assembleia da República (AR) contabilizava 361 efetivos no apoio aos órgãos e serviços da AR (SAR) e 8 colocados em entidades independentes que funcionam junto da AR (adiante designadas como entidades externas) e à qual compete assegurar o respetivo apoio logístico e administrativo.

No total de 361 efetivos estão incluídos 21 funcionários em regime de cedência de interesse público e 8 em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto. Importa ainda mencionar a existência de 6 trabalhadores com contratos de prestação de serviços.

2.1 – Evolução dos efetivos

Gráfico 1 - Evolução dos efetivos



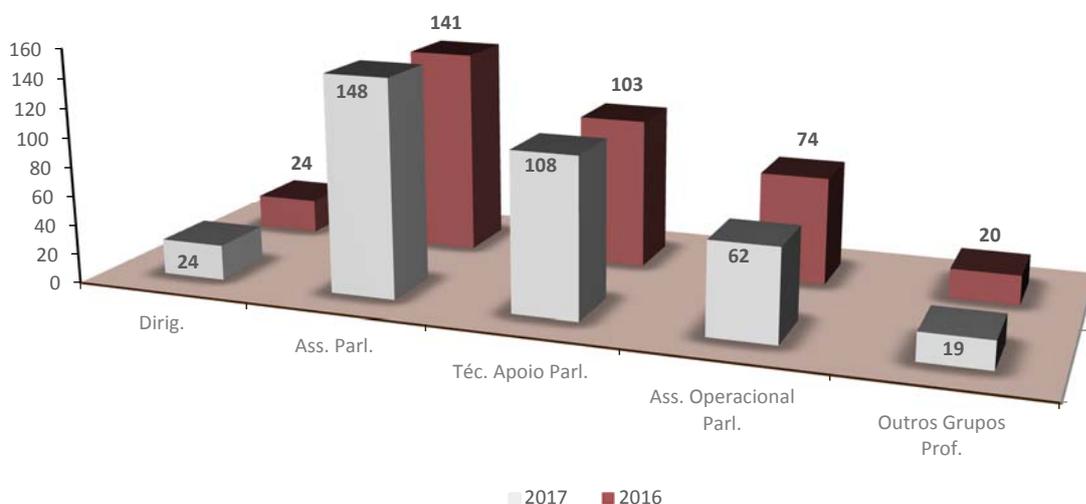
O **Gráfico 1 - Evolução dos efetivos** – mostra-nos que 2017 foi um ano relativamente estável em relação ao número de efetivos comparativamente com o ano anterior, registando apenas o decréscimo de 1 efetivo.

Quadro 1 - Evolução dos efetivos/Taxa de variação anual

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de efetivos	402	394	379	371	355	343	337	334	362	361
Taxa de variação anual	-	-2%	-3.8%	-2.1%	-4.3%	-3.4%	-0.9%	-0.9%	+8.4%	-0.3%

O **Quadro 1** - Evolução dos efetivos/Taxa de variação anual apresenta-nos a evolução de efetivos na última década, evidenciando uma taxa de variação anual predominantemente negativa, registando menos 17.4% do total de efetivos até 2016, ano em que a reposição de efetivos conta com mais 8.4% em relação ao ano anterior. Ainda assim, esta variação positiva é manifestamente insuficiente para a reposição da perda total de efetivos que se verificou na última década.

Gráfico 2 - Evolução dos efetivos por grupo profissional (2016-2017)



Analisando a situação de forma mais particular, podemos concluir pelo **gráfico 2** que os grupos profissionais “assessor parlamentar” e “técnico de apoio parlamentar” são aqueles que apresentam aumento de número de funcionários, por contrapartida do grupo “assistente operacional parlamentar” e de forma menos acentuada, “outros grupos profissionais”. Esta oscilação nas carreiras de assessor parlamentar e técnico de apoio parlamentar deve-se, por um lado, relativamente à primeira carreira ao ingresso na carreira por via de procedimentos concursais e, por outro lado, em ambas as carreiras à transição excecional para carreira parlamentar superior.

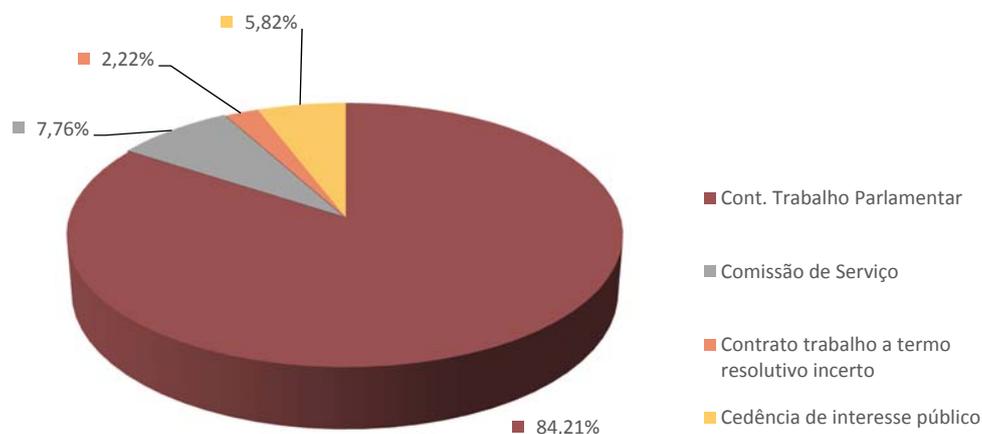
2.2 – Relação jurídica de trabalho

Quadro 2 - Distribuição dos efetivos por grupo profissional segundo a relação jurídica de trabalho e por género

		Dirigente	Assessor Parl.	Técnico Apoio Parl.	Assistente Oper. Parl.	Outros Grupos Prof.	Total
Contrato trab. parlamentar	H		44	18	41	9	112
	M		91	74	18	8	192
	T		135	92	59	17	304
Comissão de serviço	H	9	1		1		11
	M	15			2		17
	T	24 a)	1		3		28
Contrato trab. termo resolutivo incerto	H		1	5			6
	M		2				2
	T		3	5			8
Cedência de interesse público	H		6	3			9
	M		3	8		1	12
	T		9	11		1	21
Total de efetivos	H	10	52	26	42	9	139
	M	14	96	82	20	9	222
	T	24	148	108	62	18	361

a) 3 provenientes de outros organismos.

Gráfico 3 - Percentagem de funcionários segundo a relação jurídica de trabalho



À semelhança dos anos anteriores, o contrato de trabalho parlamentar por tempo indeterminado, previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º do Estatuto dos Funcionários Parlamentares (EFP), é o que tem maior expressão, agrupando 84.21% do total de funcionários em exercício de funções. Segue-se a relação jurídica constituída em regime de comissão de serviço, prevista no n.º 3 do mesmo artigo, com 28 trabalhadores que exercem cargos dirigentes e funções de coordenação, dos quais 25 têm relação jurídica de emprego parlamentar.

A cedência de interesse público, prevista no artigo 14.º do EFP, representa apenas 5.82% do total de funcionários e, por último, 8 funcionários detêm contratos de trabalho a termo resolutivo incerto, o que corresponde a 2.22% do total de efetivos.

Gráfico 4 - Variação percentual da distribuição de efetivos por relação jurídica de trabalho (2016 - 2017)



Face à fraca oscilação do número total de efetivos entre 2016 e 2017, também a variação percentual da distribuição de efetivos por relação jurídica de trabalho é pouco significativa. As maiores oscilações ocorrem no contrato de trabalho parlamentar por tempo indeterminado, a registar uma subida de 0.51% e na cedência de interesse público a registar uma descida de 0.53%. Estas variações resultam naturalmente das cessações de cedências de interesse público que foram sendo substituídas pelo ingresso de funcionários através de procedimentos concursais.

Quadro 3 - Evolução dos efetivos por grupo profissional segundo a relação jurídica de trabalho - SAR

		dirigente			assessor parlamentar			técnico apoio parl.			assistente oper parl.			Outros grupos profissionais			TOTAL		
		15	16	17	15	16	17	15	16	17	15	16	17	15	16	17	15	16	17
Total Efetivos	H	9	9	10	35	49	52	25	23	26	48	46	42	9	8	9	123	135	139
	M	15	15	14	72	92	96	84	80	82	26	28	20	12	12	9	211	227	222
	T	24	24	24	107	141	148	109	103	108	74	74	62	21	20	18	334	362	361
CTP	H				24	41	44	18	16	18	46	45	41	9	8	9	95	110	112
	M				63	84	91	76	72	74	24	26	18	11	11	8	760	193	192
	T				87	125	135	94	88	92	70	71	59	20	19	17	271	303	304
Com. Serviço	H	9	9	9	1	1	1				1	1	1				11	11	11
	M	15	15	15							2	2	2				17	17	17
	T	24	24	24	1	1	1				3	3	3				28	28	28
CTTRI	H				1	1	1	5	5	5							6	6	6
	M				2	2	2										2	2	2
	T				3	3	3	5	5	5							8	8	8
CIP	H				9	6	6	2	2	3							11	8	9
	M				7	6	3	8	8	8				1	1	1	16	15	12
	T				16	12	9	10	10	11				1	1	1	27	23	21

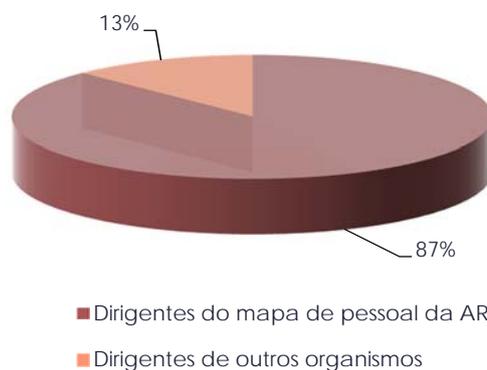
As flutuações ao longo dos últimos 3 anos não são acentuadas. Continua a verificar-se uma predominância do contrato de trabalho parlamentar, mantendo-se as situações de comissão de serviço - regime em que se encontram os dirigentes e uma tendência para a diminuição das cedências de interesse público, embora de forma gradual e ligeira.

2.3 – Pessoal dirigente

Quadro 4 - Pessoal dirigente

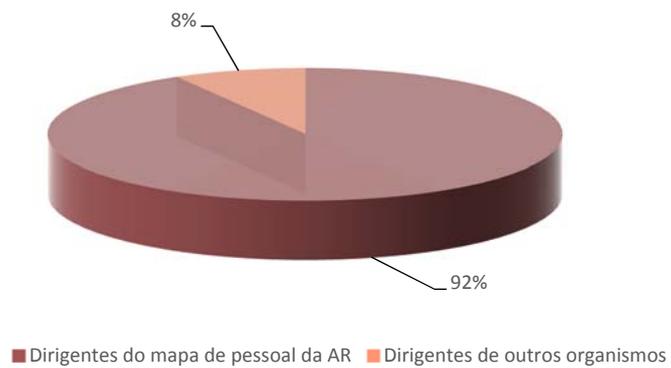
	Homens	Mulheres	Total
Secretário-Geral	1		1
Adjunto do Secretário-Geral	1	1	2
Diretor	2	4	6
Chefe de Divisão	6	9	15

Gráfico 5 - Percentagem de dirigentes por efetivos



O índice de enquadramento de dirigentes manteve-se em 6.6%, previsível face à estabilização do número de efetivos. Cada efetivo com funções diretivas chefia em média 18 funcionários.

Gráfico 6 - Percentagem de dirigentes oriundos do mapa de pessoal da AR e de outros organismos



Dos 24 dirigentes em efetividade de funções, a maioria é proveniente de carreiras do mapa de pessoal da Assembleia da República. Apenas 2 são oriundos de outros organismos.

2.4. – Orgânica

Quadro 5 - Distribuição de efetivos por serviço – SAR

	DSATS	DAC	DAPLEN	DRAA	UTAO	DSAF	DRHA	DGF	DAPAT	DSDIC	DLP	CIC-RP	AHP	BIB	DE	GARIP	DRI	DP	MUSEU	CINF	CFPI	GAB'S	EPJ	GCOE
2015	2	42	17	28	7	2	43	17	27	2	15	14	10	13	12	3	12	8	8	23	3	23	3	4
2016	2	48	18	32	7	2	43	18	30	2	16	15	11	13	12	2	13	10	8	27	3	20	5	5
2017	3	48	19	32	9	2	42	17	31	2	16	14	9	13	12	2	13	10	8	27	4	20	4	4
var14/15	-1	-5	1	-2	0	0	3	0	-3	0	-1	1	1	1	-1	0	2	0	1	1	0	1	-1	4
var15/16	0	6	1	4	0	0	0	1	3	0	1	1	1	0	0	-1	1	2	0	4	0	-3	2	1
var16/17	1	0	1	0	2	0	-1	-1	1	0	0	-1	-2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	-1	-1
variação últimos 3 anos	0	1	3	2	2	0	2	0	1	0	0	1	0	1	-1	-1	3	2	1	5	1	-2	0	4

Gráfico 7 - Variação de efetivos por serviço - saldo do triênio



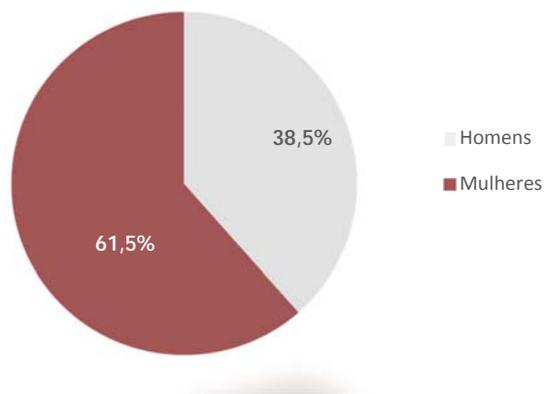
Ao longo do triênio (2015-2017) a perda de efetivos foi sendo esbatida em grande parte dos serviços. Apenas registam saldo negativo a DE, o GARIP e os Gabinetes. Todos os restantes serviços ou mantêm o número de funcionários ou aumentaram o número de efetivos. O CINP é o serviço que mais se destaca com o aumento de 5 funcionários.

2.5. – Género

Quadro 6 - Relação homens / mulheres

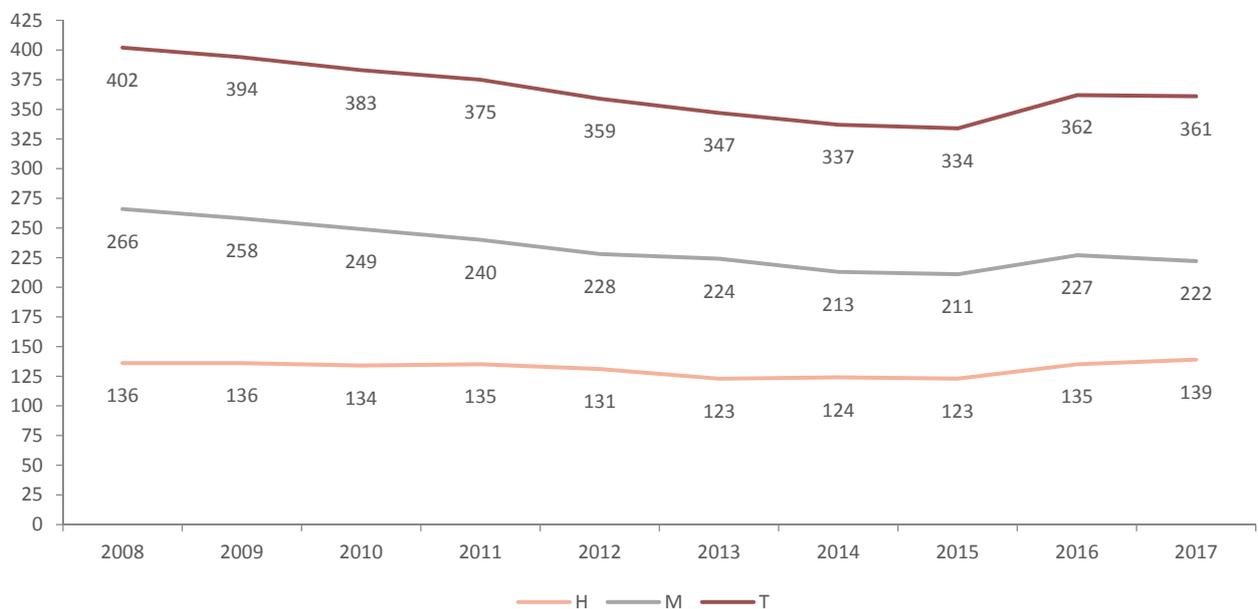
Homens	139
Mulheres	222

Gráfico 8 - Percentagem da relação homens / mulheres



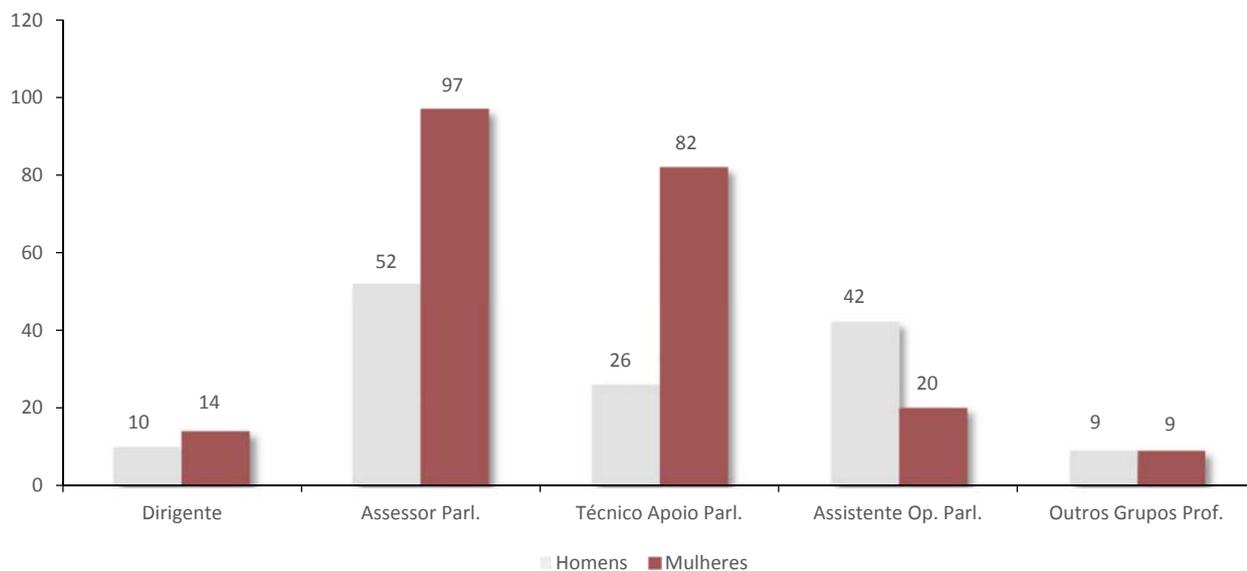
Embora a maioria dos efetivos continue a ser do sexo feminino, a representatividade desceu ligeiramente em 1.7%, situando-se nos 61.5%, e traduzindo-se no conseqüente aumento da representatividade masculina.

Gráfico 9 - Evolução do total de efetivos por género



O **gráfico 9** ilustra que, na última década, tem havido uma convergência do número de efetivos femininos e masculinos, ainda que muito esbatida. No entanto, se compararmos 2008 com 2017 podemos verificar que o intervalo no início da década era bastante mais acentuado, vindo tendencialmente a diminuir ao longo dos anos.

Gráfico 10 - Distribuição de efetivos por género e grupos profissionais



A predominância do sexo feminino é verificada em todos os grupos profissionais, à exceção de 2 grupos profissionais - grupo assistentes operacionais parlamentares, em que o sexo masculino é 2 vezes mais representativo que o sexo feminino, e os outros grupos profissionais em que existe uma igualdade entre ambos.

A maior diferença entre efetivos do sexo masculino e do sexo feminino encontra-se no grupo técnicos de apoio parlamentar em que o número de mulheres é cerca de 3 vezes maior do que o dos homens.

2.6. – Idade

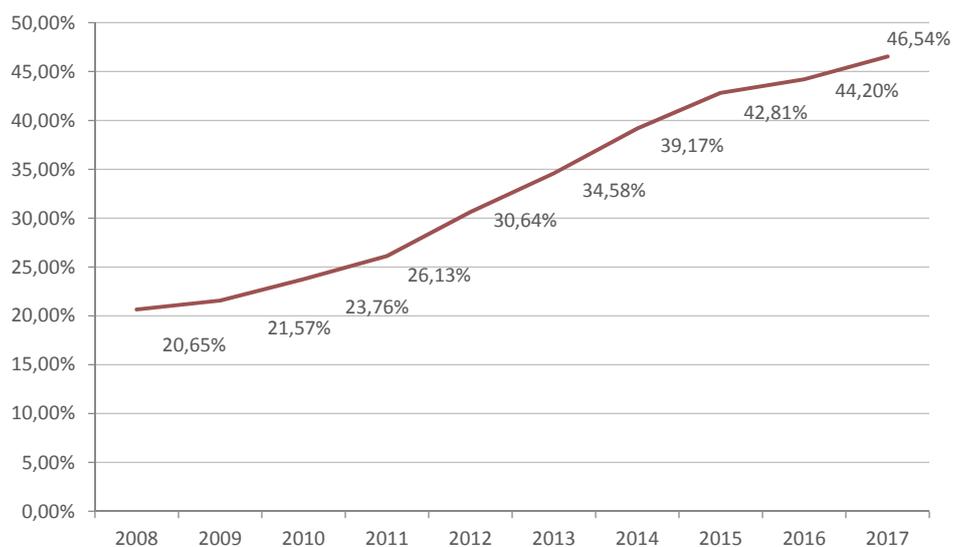
Quadro 7 - Efetivos por escalão etário segundo o género

	Homens	Mulheres	Total
25 – 29	1	2	3
30 – 34	9	6	15
35 – 39	10	14	24
40 – 44	26	23	49
45 – 49	17	21	38
50 – 54	22	42	64
55 – 59	27	60	87
60 – 64	22	47	69
65 – 69	5	7	12
Total	139	222	361

O escalão etário que continua a agrupar o maior número de funcionários é o dos 55-59 anos, com 24% do total de efetivos. Esta constatação verifica-se quer ao nível do sexo masculino quer ao nível do sexo feminino.

O leque etário em 2017 corresponde a 2,65, isto é, o trabalhador com idade mais elevada tem 2,65 vezes a idade do trabalhador mais jovem. A amplitude é de 43 anos.

Gráfico 11 - Índice de envelhecimento



Na última década temos vindo a assistir a um aumento tendencial do índice de envelhecimento, que culmina em 2017 com uma taxa de 46.54%. As admissões que se têm verificado nos últimos anos não têm sido suficientes para conseguir inverter esta tendência.

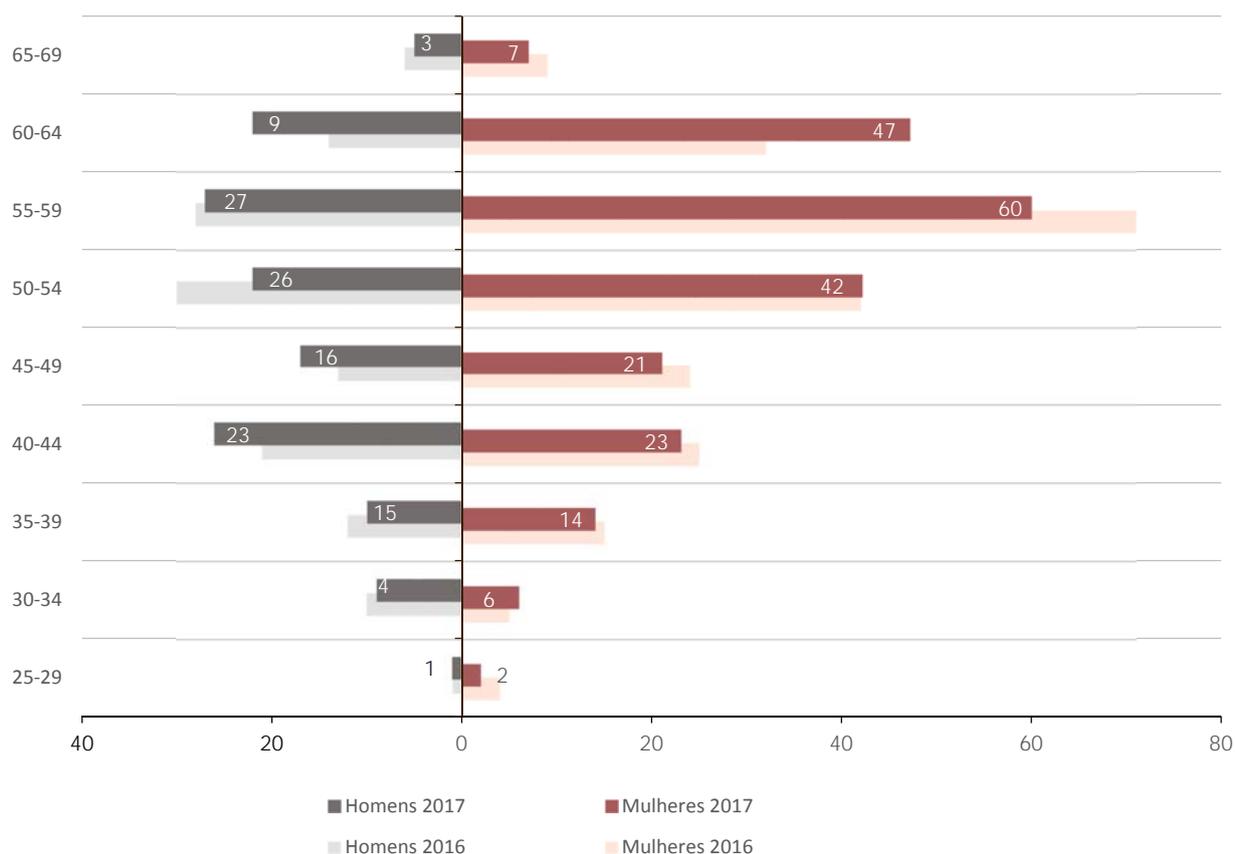
Quadro 8 – Efetivos por escalão etário segundo o grupo profissional

	Dirigente	Assessor Parl.	Téc. Apoio Parl.	Assist. Operac. Parl.	Outros Grupos Prof.
25-29		3			
30-34		15			
35-39	2	17	2	3	
40-44	4	26	9	9	1
45-49	5	17	14	2	
50-54	5	25	17	17	
55-59	3	22	35	22	5
60-64	4	20	26	8	11
65-69	1	5	4	1	1
Média	50.8	48.2	54.5	52.9	59.6
Var 2016/2017	0	+0.2	+0.5	+1	--

Todos os grupos profissionais apresentam uma variação positiva da idade média. O grupo “outros grupos profissionais”, que agrupa os técnicos parlamentares, os operadores parlamentares de sistemas e enfermeira, não apresenta cálculo de variação por não ter expressão correspondente no ano anterior.

O grupo profissional “assistentes operacionais parlamentares” é o que regista a maior subida com a variação de + 1 ano. O grupo “dirigente” encontra-se no polo inverso, sendo que não apresenta alteração da média etária face ao ano anterior.

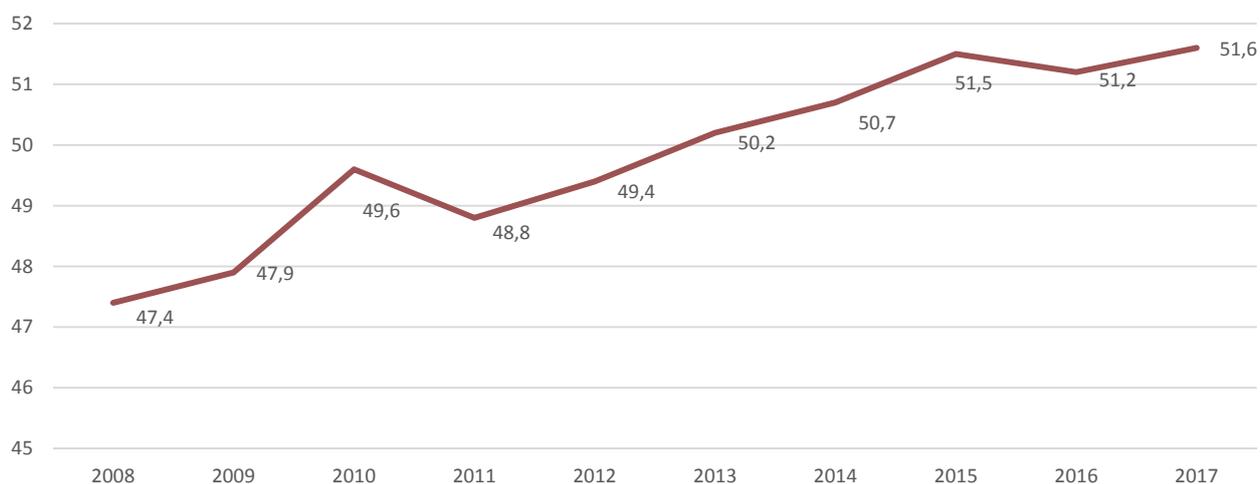
Gráfico 12 - Pirâmide etária



A pirâmide etária, que congrega tudo o que já foi referido anteriormente, evidência um triângulo invertido, cuja base mais alargada se situa ao nível dos escalões etários mais elevados.

Por comparação com o ano anterior, podemos ainda observar uma deslocação do número de funcionários para escalões etários superiores. Este facto é essencialmente observado entre o escalão dos 55-59 anos e o escalão dos 60-64 anos.

Gráfico 13 - Evolução da idade média



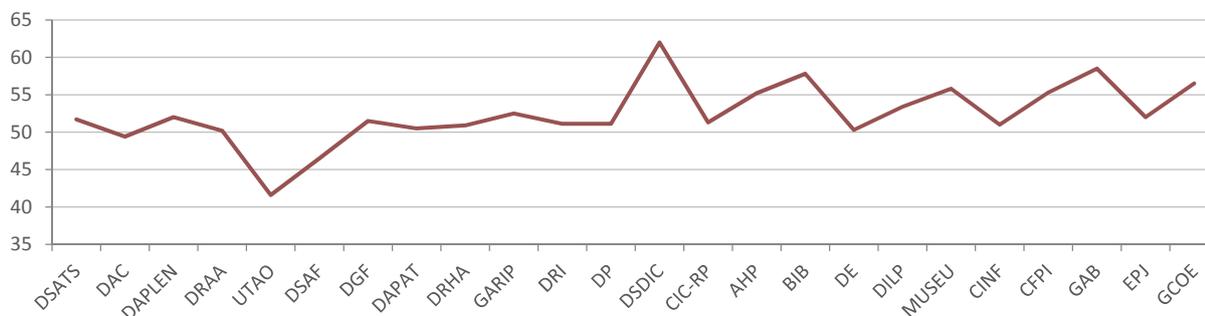
À exceção do ano 2011, que apresentou uma descida da idade média mais acentuada, e de 2016, com uma descida mais ligeira, ao longo da década verificou-se uma tendência de subida da idade média, culminando em 2017 com 51.6 anos. Este valor corresponde, também, à subida de 0.4 anos face ao ano 2016.

Quadro 9 - Distribuição do número de efetivos por serviços e escalões etários

	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69
DSATS				1		2			
DAC	1	3	6	4	7	12	6	7	2
DAPLEN		2		1	3	3	6	4	
DRAA		3	3	4	5	4	4	8	1
UTAO		1	2	5			1		
DSAF				1		1			
DGF		1	1	3	1	2	5	4	
DAPAT		2	2	6	3	3	9	5	1
DRHA		1	4	2	1	6	8	6	
DRHA/GP's			1	4	1	3	4	1	
GARIP					1		1		
DRI				4	3		5		1
DP	1	1			1	2	3	2	
DSDIC								2	
CIC-RP				2	3	5	2	2	
AHP				1	1	2	3	1	1
BIB					1	2	4	4	2
DE				5		3	3	1	
DILP		1		1	1	5	4	3	1
MUSEU					2	1	2	3	
CINF	1		4	4	3	3	7	3	2
CFPI				1			1	2	
GAB					1	4	6	6	2
EPJ				1		1	2		
GCOE						1	1	2	

O **quadro 9** ilustra a distribuição de efetivos por serviços e escalões etários, sendo os quadrados mais escuros os que têm maior número de funcionários e os mais claros os que contabilizam menor número de efetivos. Podemos observar que em todos os serviços existe uma predominância de escalões etários dentro da moda estatística. Apenas a DAC, DP e CINF registam funcionários com idades compreendidas entre os 25 e 29 anos, mas de igual forma a DAC e o CINF também registam funcionários com idades mais elevadas, compreendidas no escalão de 65 a 69 anos. A DRAA, DRI, AHP, BIB, DILP e Gabinetes também agrupam funcionários do escalão etário mais elevado.

Gráfico 14 - Média etária por serviço



Da observação do gráfico podemos concluir que a UTAO é o serviço com a média etária mais baixa, com um registo pouco acima dos 40 anos. No que respeita ao serviço com média etária mais elevada, a DSDIC destaca-se com um pico pouco acima dos 60 anos de média. A grande maioria apresenta registos entre os 50 e 55 anos, dentro da média global estabelecida.

2.7. – Escolaridade

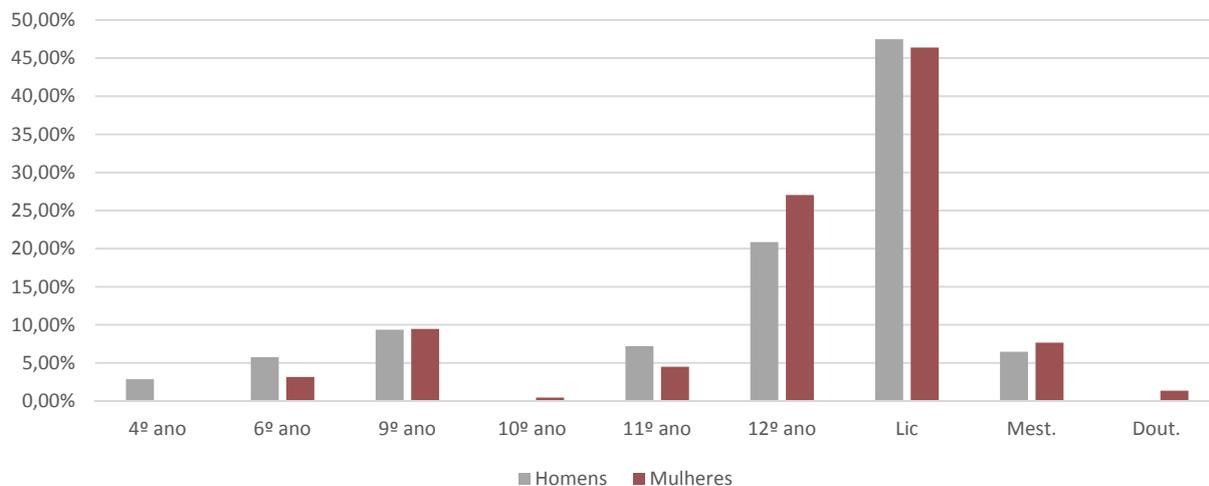
Quadro 10 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade

	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
4 anos de escolaridade	4	2.88%	0	0.00%	4	1.11%
6 anos de escolaridade	8	5.76%	7	3.15%	15	4.16%
9 anos de escolaridade	13	9.35%	21	9.46%	34	9.42%
10 anos de escolaridade	0	0.00%	1	0.45%	1	0.28%
11 anos de escolaridade	10	7.19%	10	4.50%	20	5.54%
12 anos de escolaridade	29	20.86%	60	27.03%	89	24.65%
Licenciatura ²	66	47.48%	103	46.40%	169	46.81%
Mestrado	9	6.47%	17	7.66%	26	7.20%
Doutoramento	0	0.00%	3	0.88%	3	0.83%
Total	139	100%	222	100%	361	100%

A licenciatura é o grau de escolaridade predominante dos efetivos da AR, quer no que respeita ao sexo masculino, quer feminino, agrupando quase metade do total de funcionários.

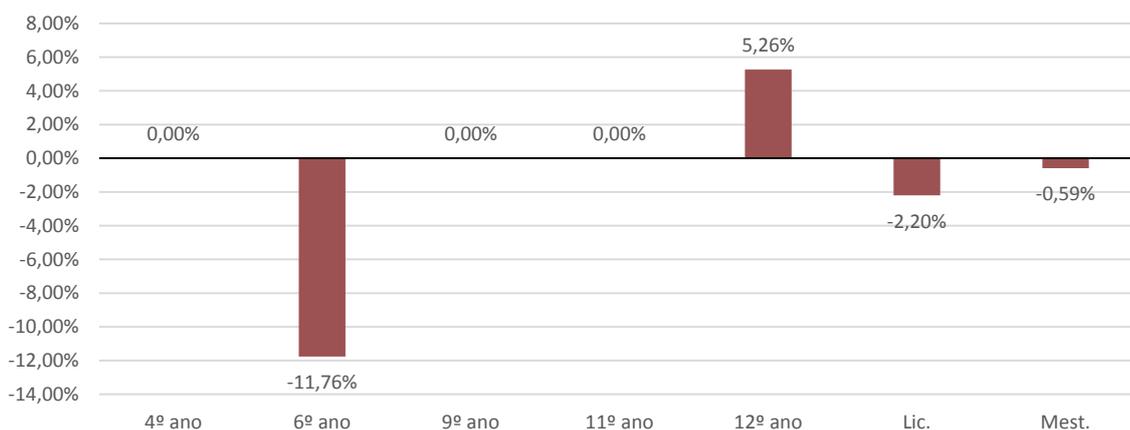
² Não se distinguem nesta sede as licenciaturas pré e pós-Bolonha, sendo certo que a generalidade é pré-Bolonha.

Gráfico 15 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade



Embora nos graus académicos mais baixos se encontre uma ligeira predominância do sexo masculino, ainda assim existe uma relativa equiparação entre géneros.

Gráfico 16 - Evolução do nível habilitacional (2016-2017)



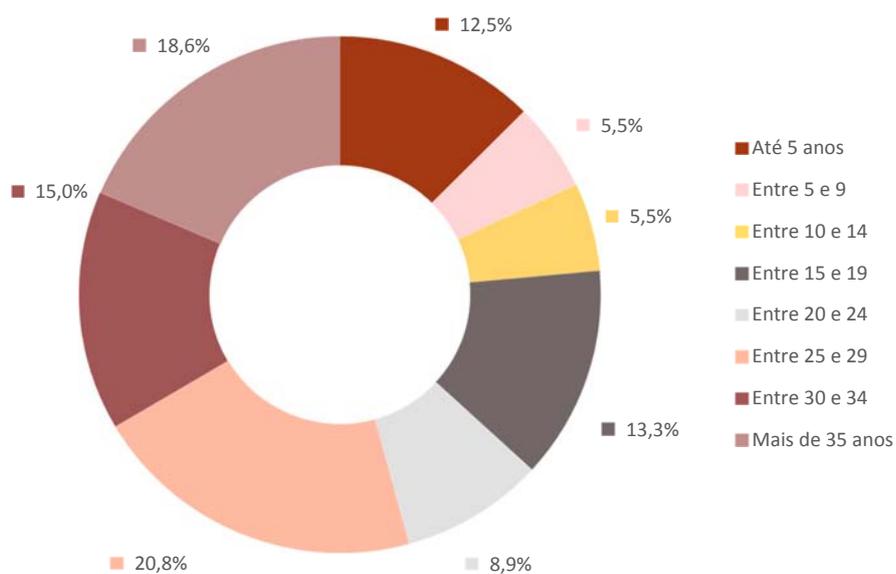
A variação anual é pouco significativa, não chegando a haver registo de flutuações em alguns graus académicos. Este facto é explicado sobretudo pela estabilização do número total de efetivos face a 2016.

2.8. – Antiguidade

Quadro 11 - Antiguidade

	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	22	23	45
Entre 5 e 9	13	7	20
Entre 10 e 14	10	10	20
Entre 15 e 19	21	27	48
Entre 20 e 24	10	22	32
Entre 25 e 29	24	51	75
Entre 30 e 34	15	39	54
Mais de 35 anos	24	43	67
Nível médio de antiguidade	20.6 anos	24.3 anos	22.9 anos

Gráfico 17 - Distribuição dos efetivos em função da antiguidade

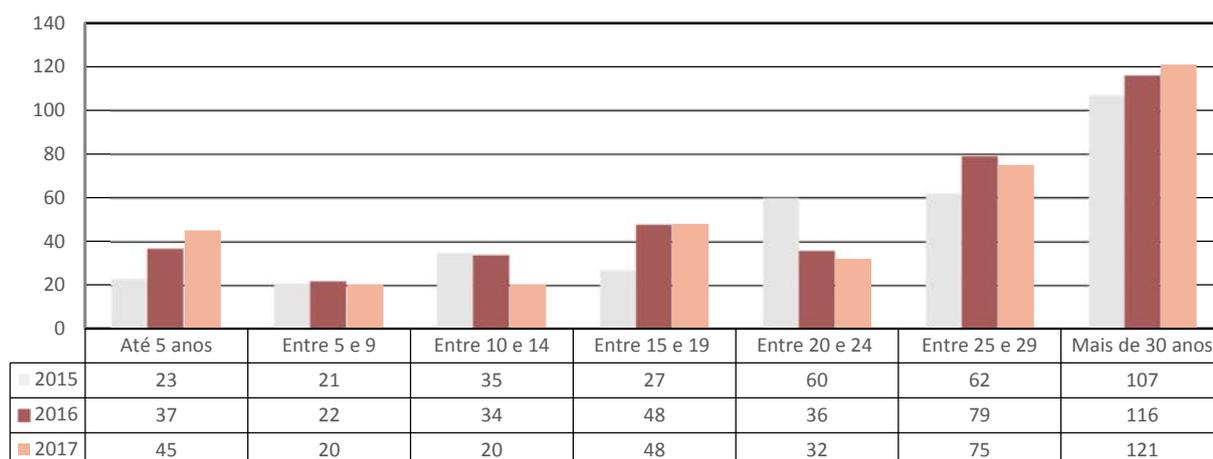


Cerca de 20% dos funcionários detêm entre 25 a 29 anos de antiguidade em funções públicas. Este escalão é predominante em ambos os sexos, embora o nível médio de antiguidade dos homens seja um pouco inferior ao das mulheres, com menos 3.7 anos.

Regista-se, de forma preocupante, que o segundo maior escalão, com mais de 35 anos de antiguidade, se aproxima muito do escalão mais representativo.

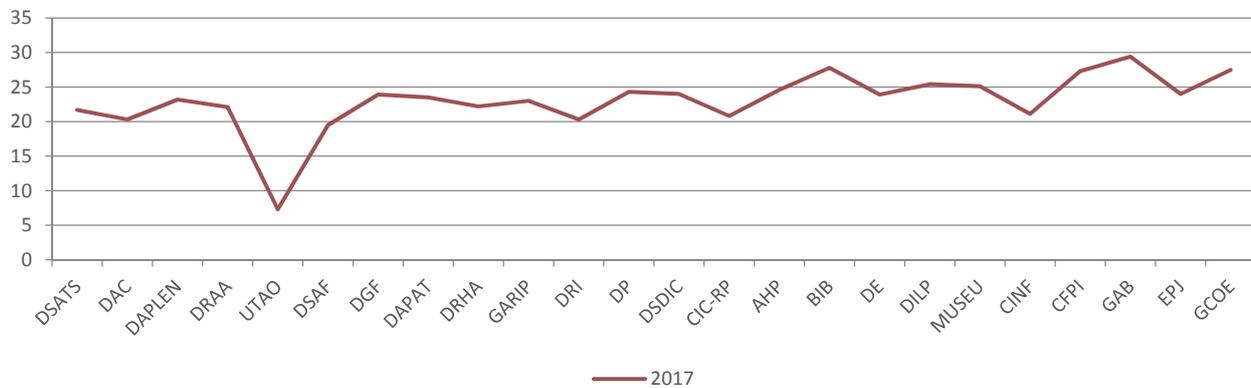
O nível médio global de antiguidade situa-se nos 22.9 anos.

Gráfico 18 - Distribuição dos efetivos em função da antiguidade (2015-2017)



Analisando uma perspetiva trianual, continuamos a observar uma maior concentração de efetivos com elevado número de anos de antiguidade em funções públicas, tendência que não tem sido revertida nos últimos 3 anos.

Gráfico 19 - Evolução do nível médio de antiguidade por serviço



Considerando também a média etária, a UTAO é o serviço que regista o nível médio de antiguidade mais baixo.

No polo inverso, com quase 30 anos de nível médio antiguidade, encontram-se os funcionários colocados nos gabinetes.

Os restantes serviços apresentam níveis de antiguidade próximos do nível médio global.

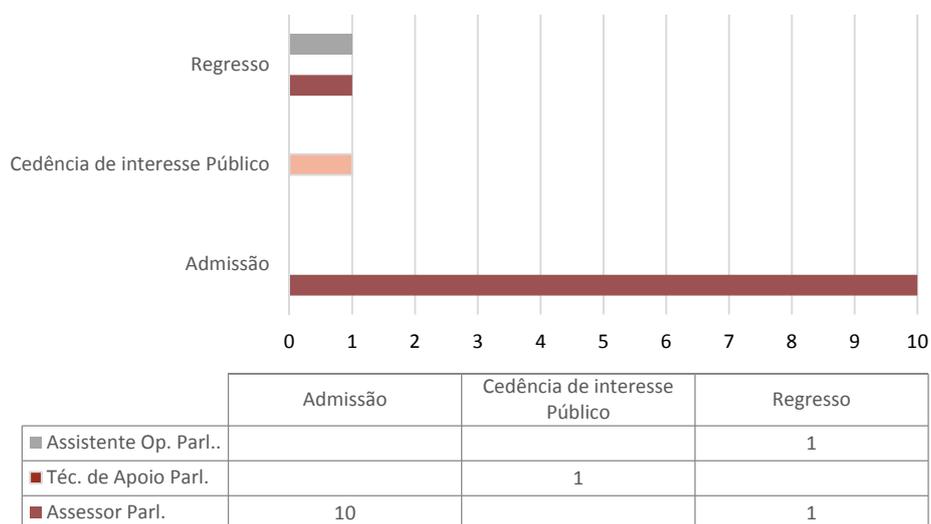
2.9. – Movimentos de pessoal

2.9.1 – Entradas/Regressos

Em 2017, verificaram-se os seguintes movimentos de entradas/regresso, todos registados no grupo assessor parlamentar:

- 10 novas admissões em regime de estágio probatório (das quais uma substitui uma anterior cedência de interesse público);
- 1 recrutamento por cedência de interesse público;
- 2 cessações de funções no exterior.

Gráfico 20 – Movimento de entradas/regressos em 2017



2.9.2 – Saídas

Em 2017, verificaram-se os seguintes movimentos de saída:

- 5 cessações de funções por motivos diversos;
- 2 cessações de funções de funcionários em cedência de interesse público (dos quais 2 ingressam por procedimento concursal);
- 1 licença sem remuneração;
- 2 falecimentos;
- 5 aposentação.

Gráfico 21 - Representação gráfica das saídas verificadas em 2017

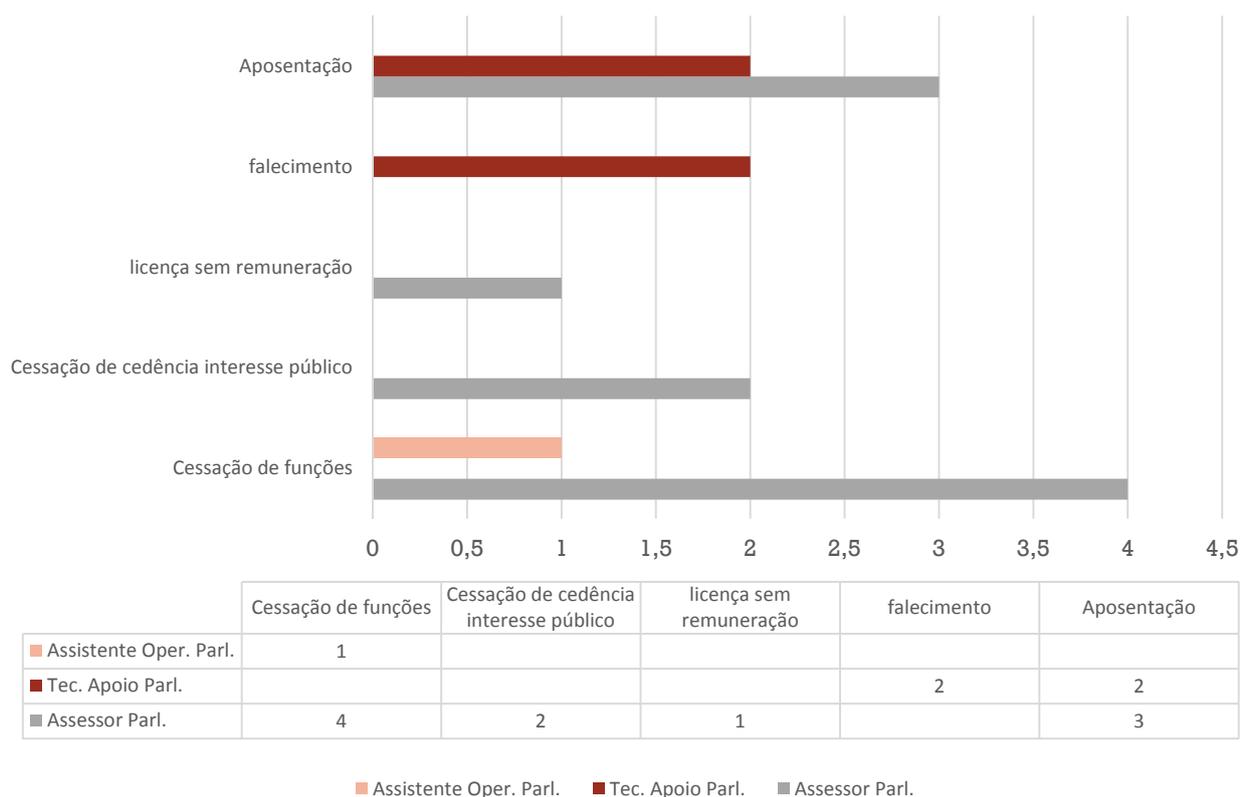
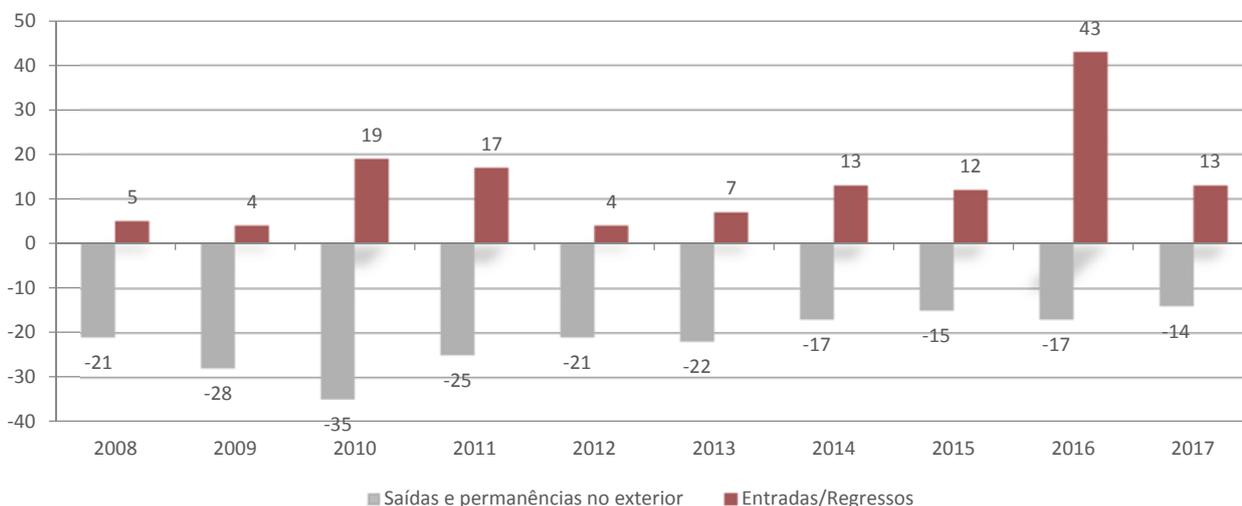


Gráfico 22 - Movimento global de entradas e saídas

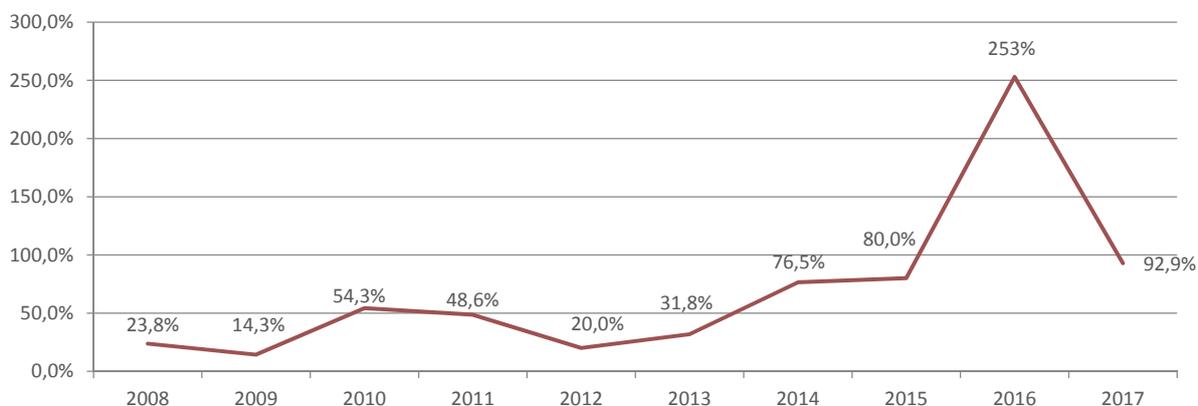


Da análise global do movimento de entradas e saídas, importa distinguir os registos permanentes dos temporários. Ao nível das entradas, o recrutamento por cedência de interesse público tem um carácter transitório. O mesmo acontece nas saídas com licenças sem remuneração. Os restantes motivos apresentados são de carácter definitivo.

Em 2017 existiu um certo equilíbrio entre os movimentos de entradas e saídas, consubstanciando-se apenas na diminuição de 1 funcionário face a 2016.

No entanto, se verificarmos o movimento global de entradas e saídas ao longo da última década, podemos concluir que o movimento de saídas tem sido largamente superior ao de entradas o que se traduz numa diminuição gradual do número de funcionários.

Gráfico 23 - Evolução da taxa de reposição de efetivos



Ao longo da década, podemos verificar que apenas em 2016 se verificou uma taxa de reposição de efetivos eficaz, com a reposição de cerca do dobro daqueles que saíram nesse ano. Nos restantes anos, a taxa nunca chegou aos 100%, significando, portanto, que nunca foi possível repor os efetivos perdidos no mesmo ano. O mesmo é dizer que, nos últimos 10 anos, à exceção de 2016, todos os anos houve perda massiva de efetivos.

Quadro 12 - Mobilidade interna

		Entradas										
		DAPALEN	BIB	DAC	DAPAT	DGF	DILP	DRHA	DSAF	DSATS	MUSEU	UTAO
Saídas	DSAF	1										
	AHP		1								1	
	DAC									1		
	DAPAT					1		1				
	DAPLEN							1				
	DGF				1							1
	DRAA	1										
	DRHA			1			1					
	DSATS			1								
	GAB								1			

Em 2017 registaram-se 14 situações de mobilidades internas, nos termos do artigo 15.º do EFP.

2.10. – Evoluções na carreira e na categoria

Em 2017, continuaram a não se registar evoluções nas carreiras e/ou categorias em conformidade com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 46/2016, de 28 de dezembro (Orçamento do Estado para 2017), que prorroga os efeitos dos artigos 38.º a 42.º, 44.º a 46.º e 73.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, isto é, veda a prática de atos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos funcionários parlamentares.

2.11. – Absentismo

Quadro 13 – Faltas Justificadas (em dias)

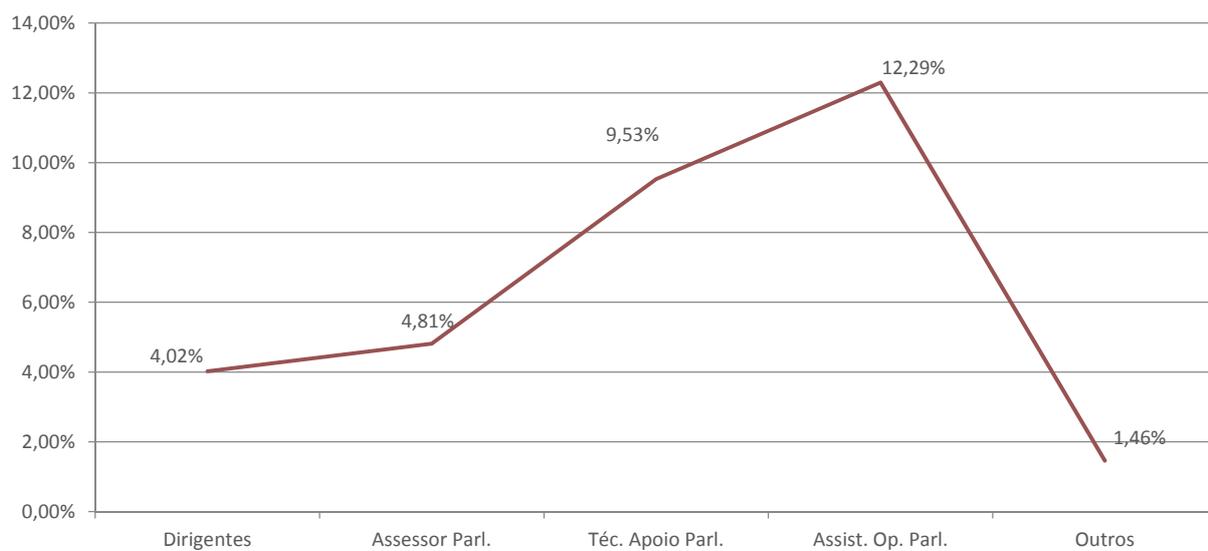
	Dirigente	Assessor Parl.	Téc. Ap. Parl.	Assist. Op. Parl.	Outros	Total
Casamento		44	15			59
Parentalidade	39	222	506		35	802
Falecimento de familiar	6	50	38	36		130
Doença	20	1.624	2.346	1.738	60	5.788
Assistência a familiar	9	159	166	28	9	371
Trabalhador Estudante		2	9			11
Outras	1	1	39	10	9	60
TOTAIS	75	2.102	3.119	1.812	113	7.221

Em 2017, registaram-se 7.221 dias de ausência, sendo que 80% do total de registos se deveu a motivo de doença. As restantes causas de ausência têm expressão pouco significativa.

Quadro 14 - Faltas por doença (em dias)

	Dirigentes	Assessor Parl.	Téc. Apoio Parl.	Assist. Op. Parl.	Outros
N.º de dias de ausência	20	1.624	2.346	1.738	60
N.º Funcionários	24	148	108	62	18
N.º médio de ausências	0.8	11.00	22.2	28.0	3.3

Gráfico 24 - Absentismo por grupo profissional

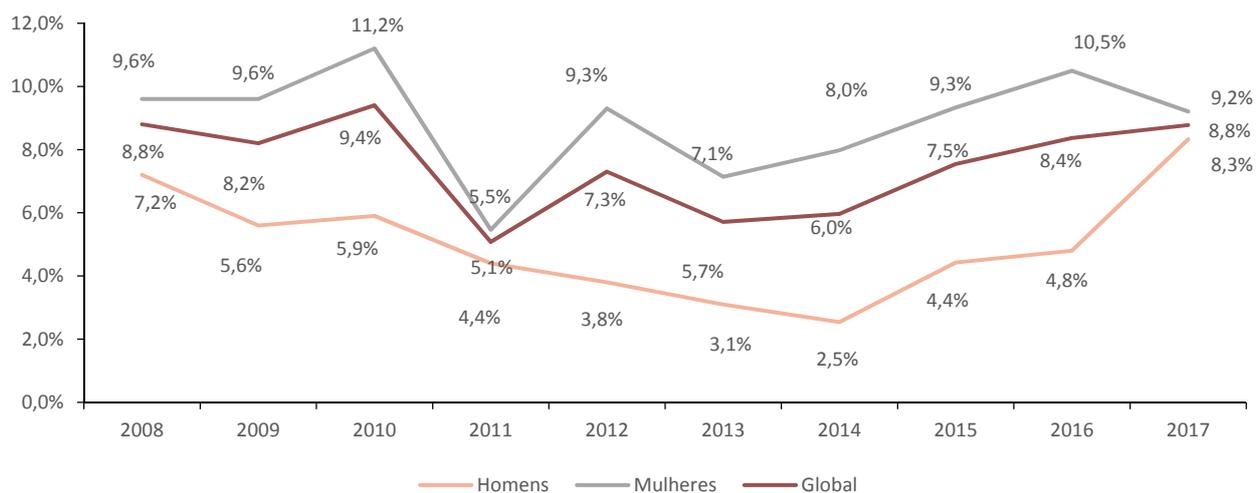


O grupo assistente operacional parlamentar é o grupo profissional que registou um maior número de ausências. O grupo “outros” registou pouco mais de 1% de ausências, destacando-se por esta baixa percentagem.

Quadro 15 - Evolução da taxa de absentismo

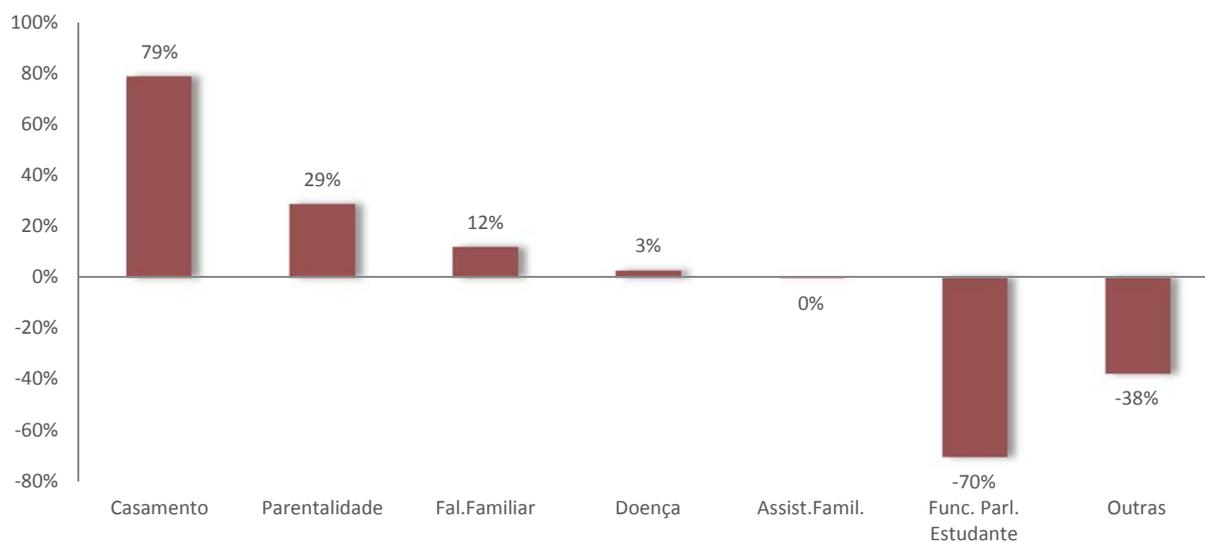
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
8.8%	8.2%	9.4%	5.1%	7.3%	5.7%	6.0%	7.5%	8.4%	8.8%

Gráfico 25 - Evolução da taxa de absentismo global e por género



Em 2017 registou-se uma ligeira convergência entre a taxa de absentismo masculina e feminina, sendo a taxa média global de 8.8%, pouco mais de 1 p.p. acima da média da década.

Gráfico 26 - Evolução da percentagem de ausências por tipo (2016-2017)



A ausência por casamento foi a tipologia que se destacou com maior aumento do número de faltas – 79%. A principal causa de ausências – a doença, registou também um ligeiro aumento de 3%. Destaca-se ainda a parentalidade com um aumento de 29%. As faltas ao abrigo do estatuto o funcionário parlamentar estudante desceram 70%. Também o grupo “outras” faltas, que inclui diversos motivos tais como greve, doação de sangue, faltas com perda de remuneração, cumprimento de obrigações legais, entre outras, registou uma descida de 38%.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

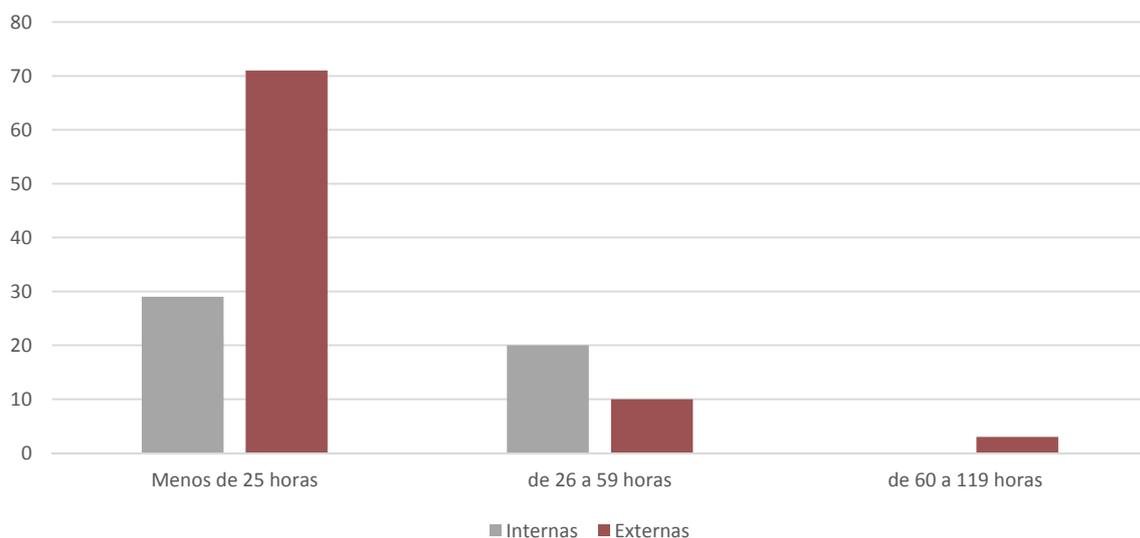
3. – FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Quadro 16 - Número de ações de formação profissional

	Menos de 25 horas	de 26 a 59 horas	de 60 a 119 horas	Total
Internas	29	20	--	49
Externas	71	10	3	84
Total	100	30	3	133

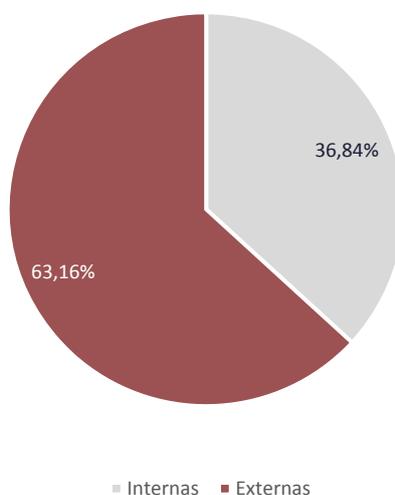
Em 2017 contabilizou-se um total de 133 ações de formação, das quais a maioria foram externas – organizadas por entidades públicas ou privadas, e 49 internas, organizadas e realizadas na AR pelo CFPI, muitas vezes com a colaboração de entidades/empresas públicas e privadas.

Gráfico 27 - Número de ações de formação



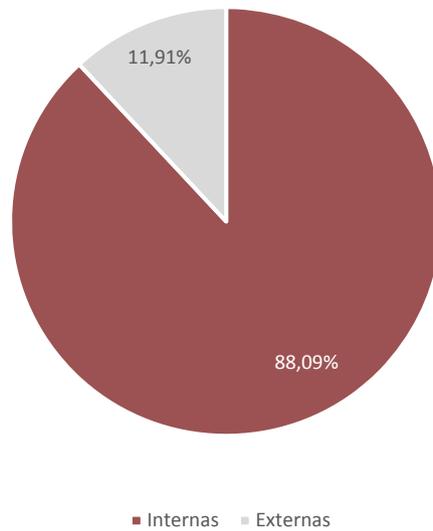
Salienta-se que a grande maioria das acções de formação foram de curta duração, mais concretamente 75% do total de formação teve uma duração inferior a 25 horas. Realizaram-se apenas 3 acções de formação de média/longa duração (de 60 a 119 horas).

Gráfico 28 - Formação interna e externa



Das 133 acções de formação registadas, 63.16% correspondem a acções de formação externas. Os restantes 36.84% correspondem naturalmente às acções de formação realizadas dentro das instalações da AR.

Gráfico 29 - Nível de participação em ações de formação



As 133 ações de formação contaram com 1.184 participações. Este nível de participação superou ligeiramente o número de participações ocorrido em 2016.

Quadro 17 - Horas de formação por grupo profissional

	Dirigente	Assessor Parlamentar	Téc. Apoio Parlamentar	Assistente Operacional	Outros Grupos Prof.	Total
Horas de Formação Internas	762	5.821	1.673	1.324	134	9.714
Horas de Formação Externas	50	1.731	272	34	27	2.114
TOTAL	812	7.552	1.945	1.358	161	11.828

O grupo profissional assessor parlamentar continua a ser o mais participativo em ações de formação, com uma média de 51 horas/funcionário, traduzindo-se em cerca do dobro registado em 2016. Pelo contrário os outros grupos profissionais são os menos participativos com um registo médio de 8,9 horas/funcionário.

Todos os grupos profissionais apresentam registos de evolução positiva, aumentando o número de horas de formação por funcionário.

Ainda assim, continuam a existir funcionários sem registo de qualquer número de horas de formação, o que deve ser objeto de reflexão.

Quadro 18 - Horas de formação por grupo profissional e áreas

	Dirigente	Assessor Parl.	Técnico Apoio Parl.	Assistente Operacional Parl.	Outros Grupos Prof.	Total
Adm. Pública	21	225	90	16	10	362
Assuntos Europeus		28				28
Assuntos Jurídicos	165	973	47	16	18	1.219
Assuntos Políticos		90				90
Assuntos Econ.- Financeiros	7	368	90			465
At. Comportamentais		21		42	14	77
Rel. Públicas / Protocolo		63				63
BAD	14	39	31			84
Cooperação Internacional		14				14
Formação Dirigentes	235					235
Formação AP		421				421
Formação TAP			626			626
Gestão Financeira		21				21
Gestão RH/At. motivacionais	37	1.815	130	73	3	2.058
Comunicação		35	10			45
Informática		1.209	213		41	1.463
Línguas	319	2.104	659	1.211	75	4.368
Museu e Conservação	14	56	49			119
Aprov. e Património		70				70
TOTAL	812	7.552	1.945	1.358	161	11.828

A formação em língua estrangeira continua a ser a área com maior relevância quanto ao número de horas, contabilizando cerca de 40% do total.

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

4. – HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

4.1. – Acidentes de Trabalho

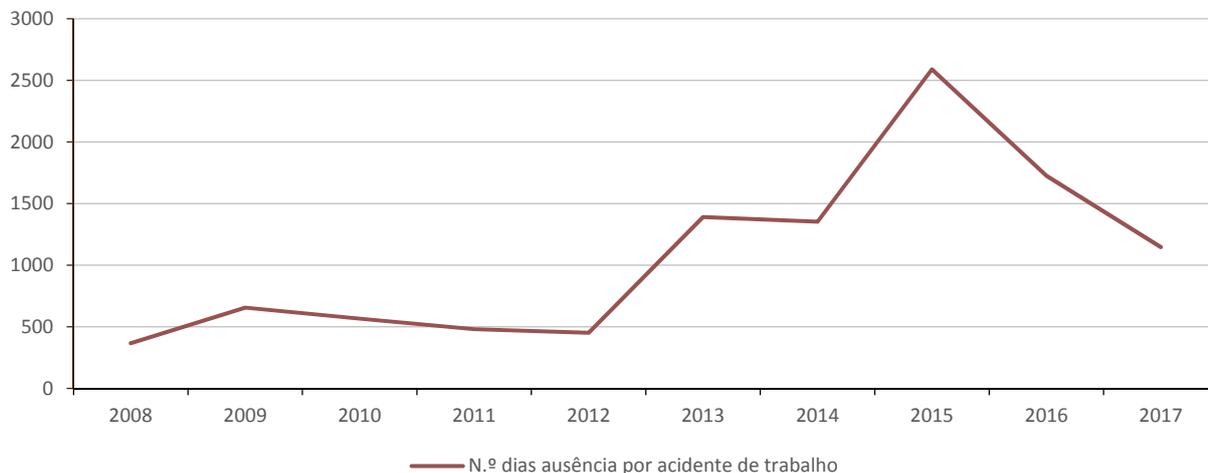
Quadro 19 - Caracterização dos acidentes de trabalho e relação com o número de dias de baixa

HIGIENE E SEGURANÇA						
Acidentes de trabalho	Número de casos sem baixa	Número de casos com baixa			Total geral de casos	Total de dias com baixa
		< 10 dias	10-20 dias	> 20 dias		
<i>In Itinere</i>	4		2	4	10	227
No local de trabalho	1	1	2		4	31
Total	5	1	4	4	14	258

Em 2017, verificaram-se 14 casos de acidentes de trabalho, dos quais a maioria ocorreu em *in itinere*.

No cômputo global, 9 destes 14 acidentes deram origem a 258 dias de ausência. A este total de ausências somam-se 889 dias de ausência pelo mesmo motivo, mas resultando de casos ocorridos em anos anteriores e que se prolongaram para 2017.

Gráfico 30 – Evolução de ausências por acidente de trabalho



Desde 2015 verificou-se uma tendência de descida do número de dias de ausência por acidente de trabalho. Ainda assim, no último quinquénio registaram-se acima de 1.000 dias de ausência por este motivo, cerca do dobro registado no quinquénio anterior.

Gráfico 31 – Número de acidentes de trabalho



Face a 2016, registou-se um ligeiro aumento do número de acidentes de trabalho. Ainda assim, na última década, as oscilações ocorrem dentro da média que se tem vindo a registar.

4.2. – Doenças Profissionais

Em 2017 não se registaram novos casos de doenças profissionais. No entanto, os casos pendentes de confirmação por parte do Centro Nacional de Proteção Contra Riscos Profissionais, com processos já anteriores a 2016, originaram 1.414 dias de ausência em 2017.

Quadro 20 - Evolução das doenças profissionais

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº de casos	2	1	6	1	0	0
Nº de dias de ausência	373 dias	99 dias	236 dias	641 dias	1.084 dias	1.414 dias

4.3. – Gabinete Médico

A Assembleia da República possui um Gabinete Médico e de Enfermagem (GME), ao qual, entre outras competências, cabe a prestação de consultas e cuidados médicos e de enfermagem.

Atualmente, o GME é composto por 1 enfermeira em regime de cedência de interesse público e 4 médicos em prestação de serviços.

Quadro 21 - Gabinete médico e de enfermagem

	Médico	Enfermeira	Total
Cedência de interesse público		1	1
Prestação de Serviços	4		4
TOTAL	4	1	5

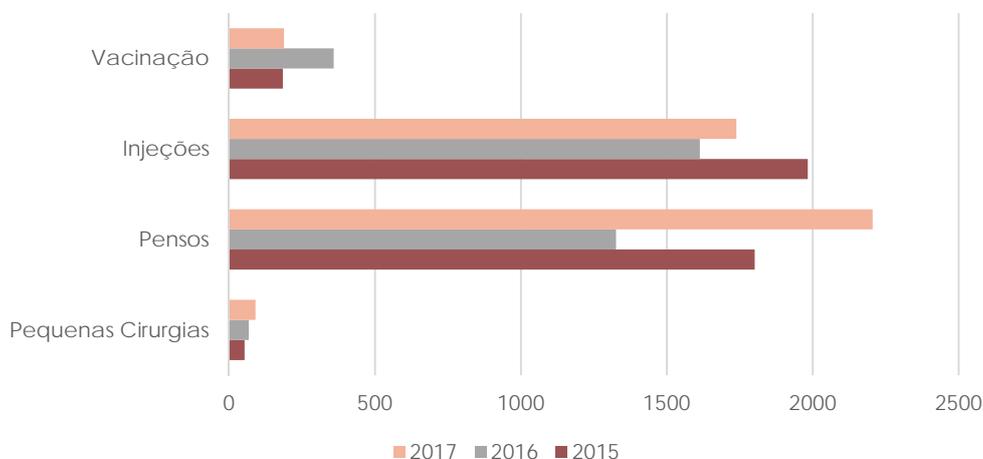
Em 2017 foram registados no GME um total de 4.828 atos médicos e 5.793 atos de enfermagem.

Quadro 22 - Evolução dos atos médicos e enfermagem

	2016	2017	Variação %
Pequenas Cirurgias	67	90	34.33%
Pensos	1.326	2.205	66.29%
Injeções	1.613	1.738	7.75%
Vacinação	358	188	-47.49%

Do total de atos registados, o quadro acima reflecte os que mais se destacaram pelo número de ocorrências. No entanto, para além destes, foram ainda registadas consultas de enfermagem, medição de tensão arterial, medição dos níveis de glicose, aconselhamento médico e de enfermagem entre outros.

Gráfico 32 - Evolução dos atos médicos e de enfermagem - triénio



Houve um claro registo de aumento do número total de atos praticados, sendo que apenas a vacinação registou uma descida, em virtude de, em 2017, ter passado a ser possível administrar diretamente na farmácia onde é adquirida.

ENCARGOS FINANCEIROS

5. – ENCARGOS FINANCEIROS

Os encargos financeiros permanentes e respetivas despesas encontram-se especificados no quadro seguinte:

Quadro 23- Encargos financeiros permanentes – Executado em 2017

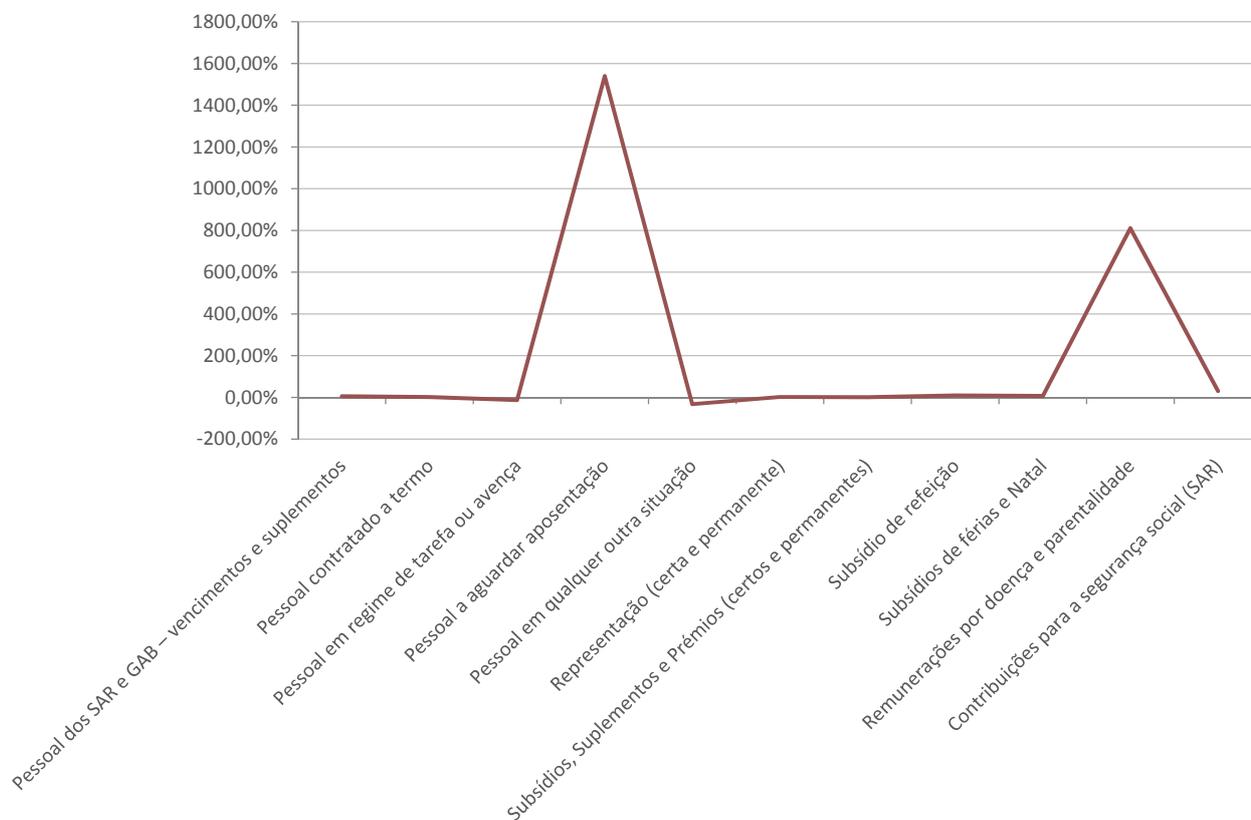
Encargos com os serviços da A.R.	Euro	Distribuição	Taxa de Execução
Pessoal dos SAR – vencimentos e suplementos	9.953.448,08	59.1%	90.8%
Pessoal contratado a termo	182.343,60	1.1%	97.8%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	50.474,40	0.3%	97.1%
Pessoal aguardando aposentação - SAR	17.374,54	0.1%	86.9%
Pessoal em qualquer outra situação	734.405,37	4.4%	87.2%
Representação (certa e permanente)	128.071,64	0.8%	99.9%
Subsídios, Suplementos e Prémios (certos e permanentes)	32.220,57	0.2%	92.1%
Subsídio de refeição – Pessoal dos SAR	346.112,01	2.1%	82.2%
Subsídios de férias e Natal – Pessoal dos SAR	1.902.115,87	11.3%	85.5%
Remunerações por doença e parentalidade (SAR)	232.970,80	1.3%	97.1%
Contribuição para a segurança social (SAR)	564.683,47	3.4%	99.7%
Outras despesas de segurança social (SAR) - CGA	2.594.232,48	15.3%	97.2%
Formação	97.723,24	0.6%	80.5%
TOTAL	16.836.176,07	100%	91.2%

O valor global dos encargos financeiros permanentes em 2017 ascendeu aos 16.836.176,07€, ao que corresponde um aumento de aproximadamente 4% em relação a 2016.

À semelhança dos anos anteriores, o maior peso dos encargos financeiros permanentes continua a ser a rubrica “vencimentos e suplementos”, com 59.1% no peso global.

A taxa de execução global situou-se em 91.2%.

Gráfico 33 - Variação de encargos financeiros permanentes (2016/2017)



As grandes variações ocorreram ao nível da rubrica “pessoal a aguardar aposentação” que cresceu mais de 1.500%, explicado pelo aumento do número de aposentações. A maior variação negativa ocorreu na rubrica “pessoal em qualquer outra situação”, com menos 32%, explicada pela cessação de cedências de interesse público.

Quadro 24 - Encargos financeiros variáveis – Executado em 2017

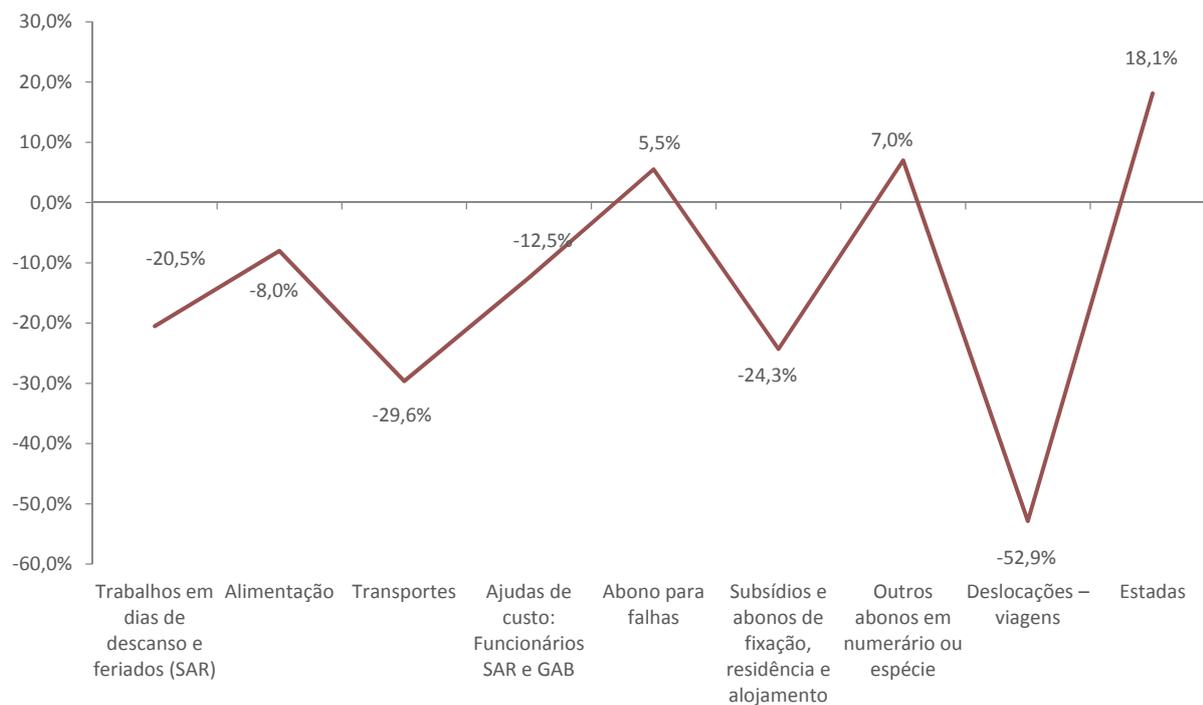
Encargos com os serviços da A.R.	Euro	Distribuição	Taxa de Execução
Trabalhos em dias de descanso e feriados (SAR)	67.480,23	28.33%	75.0%
Alimentação	56.741,63	23.83%	75.7%
Transportes	14.801,74	6.22%	59.2%
Ajudas de custo: Funcionários SAR e GAB	31.091,23	13.06%	89.3%
Abono para falhas	5.469,60	2.30%	89.7%
Subsídios e abonos de fixação, residência e alojamento	15.120,08	6.35%	63.0%
Outros abonos em numerário ou espécie	10.281,39	4.32%	85.7%
Deslocações - viagens	16.655,15	6.99%	66.4%
Estadas	20.514,08	8.61%	100.0%
TOTAL	238.155,13	100 %	76.2%

Relativamente aos encargos variáveis, as rubricas com maior peso são “trabalhos em dias e descanso e feriados (SAR)” e “alimentação”, representando aproximadamente 28% e 24% respetivamente.

Os encargos financeiros variáveis diminuíram cerca de 18% em relação ao período homólogo do ano anterior.

A taxa de execução situou-se nos 76.2%.

Gráfico 34 -Variação de encargos financeiros variáveis (2016/2017)



A maior variação dos encargos financeiros variáveis ocorreu na rubrica das “deslocações – viagens”, com uma descida de 52.9%. Já no que respeita a estadas registou-se um aumento de cerca de 18%.

Quadro 25 - Despesas de funcionamento – Executado em 2017

Aquisição de bens e serviços correntes	Euro	Distribuição	Taxa de Execução
Vestuário e artigos pessoais	42.619,43	7%	39.8%
Aquisição de serviços - - Refeitório; restaurante; cafetarias	568.151,08	93%	79.2%
TOTAL	610.770,51	100 %	74.1%

As despesas de funcionamento aqui apresentadas englobam as “despesas com vestuário e artigos pessoais”, nas quais se inclui o fardamento dos assistentes operacionais parlamentares, e ainda as relativas à “aquisição de serviços com o refeitório, restaurante e cafetarias”.

A taxa de execução situou-se nos 74.1%.

PROTEÇÃO SOCIAL

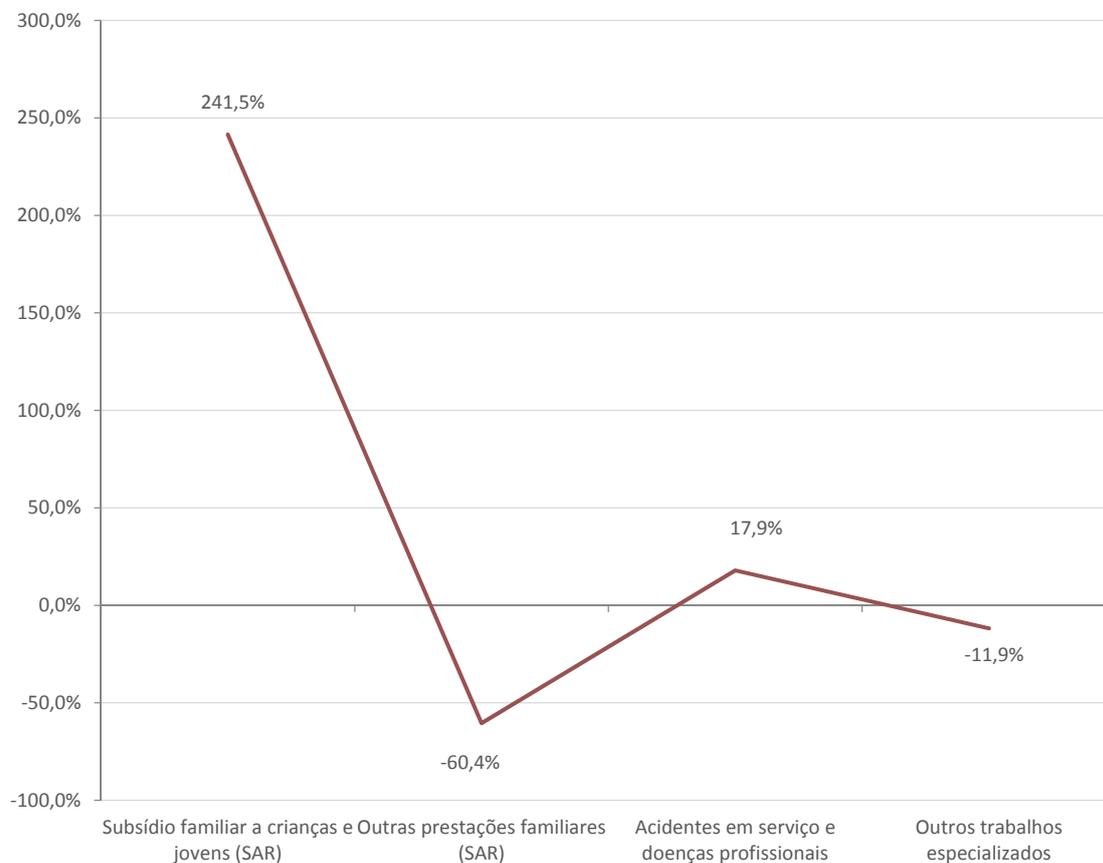
6. – PROTEÇÃO SOCIAL

Quadro 26 - Proteção social – executado em 2017

Proteção Social			
	Euro	Distribuição	Taxa de Execução
Subsídio familiar a crianças e jovens (SAR)	4.799,69	2.8%	92.3%
Outras prestações familiares (SAR)	63.580,89	36.8%	34.4%
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	39.829,46	23.1%	33.2%
Outros trabalhos especializados	64.438,92	37.3%	75.8%
TOTAL	172.648,96	100%	43.7%

Em 2017 foram executados 172.648,96€ de encargos com proteção social. A taxa de execução situou-se nos 43.7% face aos montantes orçamentados.

Gráfico 35 -Variação dos encargos com a proteção social (2016-2017)



A rubrica “subsídio familiar a crianças e jovens (SAR)” é a que mais se destaca com uma subida de 241.5%. Já no que respeita a outras prestações familiares (SAR) verificou-se uma descida na ordem dos 60.4%.

RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DISCIPLINA

7. – RELAÇÕES PROFISSIONAIS E DE DISCIPLINA

7.1 – Relações profissionais

79.5% dos funcionários parlamentares e outros trabalhadores que exercem funções na AR são sindicalizados, sendo que quase todos pertencem ao Sindicato dos Funcionários Parlamentares, encontrando-se apenas 10 sindicalizados em outras organizações sindicais.

Quadro 27 - Atividade sindical

Organização e atividade sindical na A.R.	
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Funcionários Parlamentares	277
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores da F.P. Zona Sul e Açores	5
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Quadros Técnicos da Banca	2
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos	1
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Funcionários Judiciais	1
Número de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Enfermeiros Portugueses	1
Taxa de sindicalização = $\frac{\text{N}^\circ \text{ Trab. Sindicalizados}}{\text{Total Efetivos}}$	79,5%

Os funcionários parlamentares estão representados no Conselho de Administração por um representante efetivo e um suplente, eleitos pelo período da Legislatura, conforme previsto no artigo 14.º da LOFAR.

Quadro 28 - Representação no Conselho de Administração

Conselho de Administração	
Representação no Conselho de Administração	1 efetivo 1 suplente

7.2 – Disciplina

Em 2017 não se verificaram registos disciplinares.

COMPOSIÇÃO DOS GABINETES E ENTIDADES
EXTERNAS QUE FUNCIONAM JUNTO DA A.R

8. – COMPOSIÇÃO DOS GABINETES

Nos termos da LOFAR, os Gabinetes do Presidente da AR, Vice-Presidentes, Secretários de Mesa e Secretário-Geral podem ser constituídos por pessoal em regime de nomeação e por funcionários do mapa de pessoal da AR. Assim, salienta-se que os funcionários que se encontram nomeados nestes Gabinetes não fazem parte dos 361 efetivos analisados ao longo deste Balanço Social. Ao contrário do que sucede com o corpo permanente de funcionários que apoiam os trabalhos da AR, as mudanças de Legislatura podem ter reflexos na composição dos mesmos.

Em 2017, no **Gabinete do Presidente da AR** exerciam funções de apoio um total de 12 funcionários, distribuídos pelos cargos e categorias representadas no quadro que se segue, em consonância com o artigo 8.º da LOFAR:

Quadro 29 - Pessoal em exercício no Gabinete da Presidente da AR

	Chefe de Gabinete	Assessor Principal	Assessor	Secretário	Motorista	AOP	Total
Mapa de pessoal						2	2
Nomeados	1	1	3	3	1	1	10
Total	1	1	3	3	1	3	12

Os **Gabinetes dos Vice-Presidentes da AR**, atento o previsto no artigo 11.º da LOFAR, têm a seguinte composição:

Quadro 30 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Vice-Presidentes

	Secretária	Motorista	AOP	Total
Mapa de pessoal			1	1
Nomeados	4	2		6
Total	4	2	1	7

De acordo com o artigo 12.º da LOFAR, o **Gabinete dos Secretários da Mesa** conta com o apoio dos seguintes funcionários:

Quadro 31 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Secretários da Mesa

	TAP	AOP	Total
Mapa de pessoal	3	2	5
Total	3	2	5

O apoio ao **Conselho de Administração** é prestado em conformidade com o quadro abaixo:

Quadro 32 - Pessoal em exercício no Conselho de Administração

	TAP	AOP	Total
Mapa de pessoal	1	1	2
Total	1	1	2

No **Gabinete do Secretário-Geral**, de acordo com o artigo 25.º da LOFAR, exerceram funções um total de 9 elementos, distribuídos pelos seguintes cargos e categorias:

Quadro 33 - Pessoal em exercício no Gabinete do Secretário-Geral

	Secretário-Geral	Adjuntos do SG	Secretária	AOP	Total
Mapa de pessoal	1	2		3	6
Nomeados			3		3
Total	1	2	3	3	9

9. – EFETIVOS QUE EXERCEM FUNÇÕES NAS ENTIDADES EXTERNAS QUE FUNCIONAM JUNTO DA AR

O mapa de pessoal da Assembleia da República, em 2017, contempla ainda, em mapa autónomo do Orçamento da AR, postos de trabalho ocupados por funcionários afetos a entidades externas que funcionam junto da Assembleia da República e cujo apoio técnico e administrativo lhe está legalmente cometido. Estes funcionários encontram-se englobados nos quadros e gráficos acima, refletindo-se abaixo a distribuição por entidade:

Quadro 34 - Pessoal em exercício na Comissão Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA)

	Assessor Parlamentar	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

Quadro 35 - Pessoal em exercício no Conselho dos Julgados de Paz

	Assessor	Técnico	Técnico Apoio	Total
Mapa de pessoal	3	1	1	5
Total	1	1	1	5

Quadro 36 - Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSIRP)

	Assessor Parlamentar	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

Quadro 37 - Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN

	Assessor Parlamentar	Total
Mapa de pessoal	1	1
Total	1	1

NOTAS FINAIS: SÍNTESE

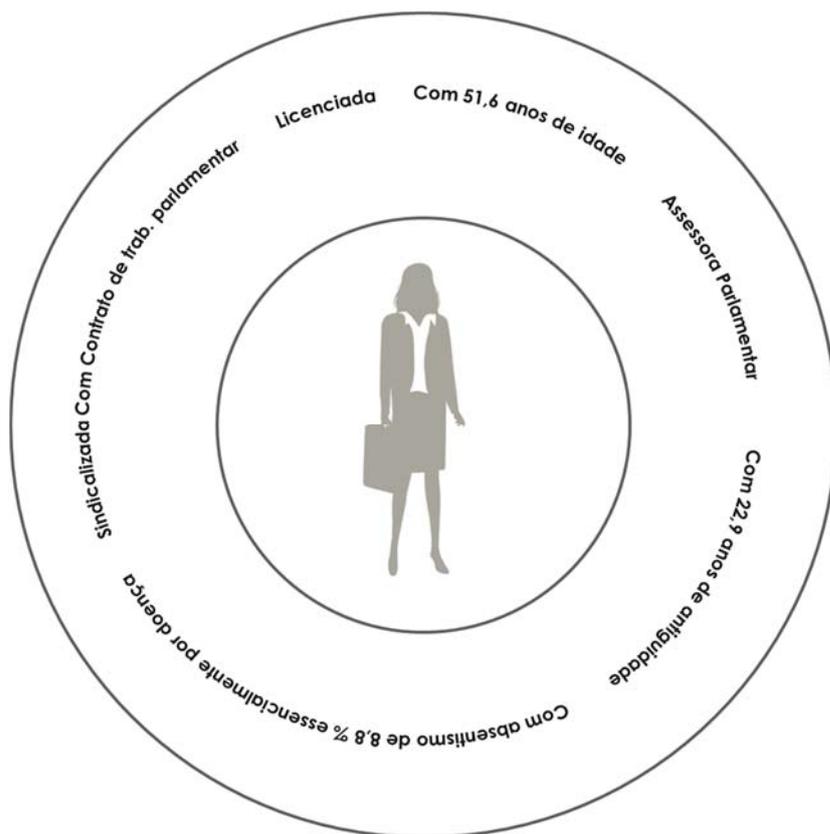
10. – NOTAS FINAIS

Síntese

Após a análise deste documento, podemos destacar, em síntese, os seguintes dados relativos a 2017:

- † Em 31 de dezembro de 2017, contabilizavam-se 361 funcionários em efetividade de funções nos serviços da AR e 8 nas entidades independentes que funcionam junto da AR e à qual compete assegurar o respetivo apoio logístico e administrativo;
- † Face ao ano anterior, registou-se uma diminuição no número de funcionários de 0.3%, o que equivale a menos 1 funcionário;
- † Registaram-se 13 entradas – ingresso, sendo 10 novas admissões em regime de estágio probatório;
- † A carreira de assessor parlamentar é aquela que representa um maior número de funcionários, com 41% do total de efetivos;
- † Na divisão por género, a representatividade feminina é de 61,5%, e masculina de 38,5%;
- † Na distribuição dos funcionários por grupos profissionais, a representatividade feminina apresenta maior preponderância ao nível do grupo de técnicos de apoio parlamentar, enquanto no setor masculino tal se verifica ao nível do grupo de assistentes operacionais parlamentares;

- † O escalão etário dos 55-59 anos é aquele que engloba o maior número de funcionários parlamentares, representando 24.1% do seu total;
- † O índice de envelhecimento é de 46.54%;
- † A idade média é de 51,6 anos;
- † O grau de licenciatura é o nível académico mais representativo do universo dos funcionários, com 46,81%;
- † O escalão entre 25 e 29 anos de antiguidade é o mais representativo com 20.8 % dos funcionários;
- † O nível médio de antiguidade é de 22.9 anos;
- † A taxa de reposição de efetivos situou-se nos 92.9%;
- † Não se registou no período em análise qualquer evolução nas carreiras e/ou categorias;
- † A taxa de absentismo situou-se nos 8,8%;
- † As faltas por doença representaram 80.1% do absentismo registado;
- † Foram efetuadas 133 ações de formação profissional;
- † Verificaram-se 14 casos de acidentes de trabalho, e as ausências por este motivo, resultando de acidentes deste ano e dos anos anteriores, registaram um total de 1.147 faltas;
- † O Gabinete Médico e de Enfermagem registou a prática de 4.828 atos médicos e de 5.793 atos de enfermagem;
- † A taxa de sindicalização situou-se nos 79.5%;
- † Não se registaram processos disciplinares.



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos efetivos	15
Gráfico 2 - Evolução dos efetivos por grupo profissional (2016-2017)	16
Gráfico 3 - Percentagem de funcionários segundo a relação jurídica de trabalho	18
Gráfico 4 - Variação percentual da distribuição de efetivos por relação jurídica de trabalho (2016 - 2017)	19
Gráfico 5 - Percentagem de dirigentes por efetivos.....	21
Gráfico 6 - Percentagem de dirigentes oriundos do mapa de pessoal da AR e de outros organismos	22
Gráfico 7 - Variação de efetivos por serviço - saldo do triénio	23
Gráfico 8 - Percentagem da relação homens / mulheres	24
Gráfico 9 - Evolução do total de efetivos por género.....	25
Gráfico 10 - Distribuição de efetivos por género e grupos profissionais.....	26
Gráfico 11 - Índice de envelhecimento	28
Gráfico 13 - Pirâmide etária	29
Gráfico 14 - Evolução da idade média.....	30
Gráfico 15 - Média etária por serviço.....	32
Gráfico 16 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade	34
Gráfico 17 - Evolução do nível habilitacional (2016-2017)	34
Gráfico 18 - Distribuição dos efetivos em função da antiguidade.....	35
Gráfico 19 - Distribuição dos efetivos em função da antiguidade (2015-2017)	36
Gráfico 20 - Evolução do nível médio de antiguidade por serviço.....	37
Gráfico 21 – Movimento de entradas/regressos em 2017	38
Gráfico 22 - Representação gráfica das saídas verificadas em 2017	39
Gráfico 23 - Movimento global de entradas e saídas	40
Gráfico 24 - Evolução da taxa de reposição de efetivos.....	41
Gráfico 25 - Absentismo por grupo profissional.....	44
Gráfico 26 - Evolução da taxa de absentismo global e por género	45
Gráfico 27 - Evolução da percentagem de ausências por tipo (2016-2017).....	46
Gráfico 28 - Número de ações de formação.....	49
Gráfico 29 - Formação interna e externa	50
Gráfico 30 - Nível de participação em ações de formação	51
Gráfico 31 – Evolução de ausências por acidente de trabalho.....	58
Gráfico 32 – Número de acidentes de trabalho	58

Gráfico 33 - Evolução dos atos médicos e de enfermagem – triênio	60
Gráfico 34 - Variação de encargos financeiros permanentes (2016/2017)	66
Gráfico 35 -Variação de encargos financeiros variáveis (2016/2017)	68
Gráfico 36 -Variação dos encargos com a proteção social (2016-2017)	74

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução dos efetivos/Taxa de variação anual	16
Quadro 2 - Distribuição dos efetivos por grupo profissional segundo a relação jurídica de trabalho e por género.....	17
Quadro 3 - Evolução dos efetivos por grupo profissional segundo a relação jurídica de trabalho - SAR.....	20
Quadro 4 - Pessoal dirigente	21
Quadro 5 - Distribuição de efetivos por serviço – SAR.....	23
Quadro 6 - Relação homens / mulheres	24
Quadro 7 - Efetivos por escalão etário segundo o género	27
Quadro 8 – Efetivos por escalão etário segundo o grupo profissional	28
Quadro 9 - Distribuição do número de efetivos por serviços e escalões etários	31
Quadro 10 - Distribuição dos efetivos por nível de escolaridade.....	33
Quadro 11 - Antiguidade.....	35
Quadro 12 – Mobilidade interna.....	41
Quadro 13 – Faltas Justificadas (em dias)	43
Quadro 14 - Faltas por doença (em dias)	44
Quadro 15 - Evolução da taxa de absentismo	45
Quadro 16 - Número de ações de formação profissional	49
Quadro 17 - Horas de formação por grupo profissional.....	52
Quadro 18 - Horas de formação por grupo profissional e áreas.....	53
Quadro 19 - Caracterização dos acidentes de trabalho	57
Quadro 20 - Evolução das doenças profissionais.....	59
Quadro 21 - Gabinete médico e de enfermagem	59
Quadro 22 - Evolução dos atos médicos e enfermagem.....	60
Quadro 23- Encargos financeiros permanentes – Executado em 2017	65
Quadro 24 - Encargos financeiros variáveis – Executado em 2017	67
Quadro 25 - Despesas de funcionamento – Executado em 2017	69
Quadro 26 - Proteção social – executado em 2017.....	73
Quadro 27 - Atividade sindical	77
Quadro 28 - Representação no Conselho de Administração	78
Quadro 29 - Pessoal em exercício no Gabinete da Presidente da AR.....	81
Quadro 30 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Vice-Presidentes	81

Quadro 31 - Pessoal em exercício no Gabinete dos Secretários da Mesa	82
Quadro 32 - Pessoal em exercício no Conselho de Administração.....	82
Quadro 33 - Pessoal em exercício no Gabinete do Secretário-Geral.....	83
Quadro 34 - Pessoal em exercício na Comissão Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA).....	84
Quadro 35 - Pessoal em exercício no Conselho dos Julgados de Paz	84
Quadro 36 - Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSIRP)	85
Quadro 37 - Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN.....	85

ABREVIATURAS

AR	Assembleia da República
AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
BIB	Biblioteca
CACP	Centro de Apoio ao Canal Parlamento
CFPI	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
CFSIRP	Conselho de Fiscalização dos Sistemas de Informação da República Portuguesa
CFBDPADN	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
CIC-RP	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
CINF	Centro de Informática
CIP	Cedência de interesse público
CJP	Conselho dos Julgados de Paz
CNPRP	Centro Nacional de Proteção Contra Riscos Profissionais
CNPMA	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
CTP	Contrato de trabalho parlamentar
CTTRI	Contrato de trabalho a termo resolutivo incerto
DAC	Divisão de Apoio às Comissões
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património
DAPLEN	Divisão de Apoio ao Plenário
DE	Divisão de Edições
DGF	Divisão de Gestão Financeira
DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

DP	Divisão de Protocolo
DRAA	Divisão de Redação e Apoio Audiovisual
DRHA	Divisão de Recursos Humanos e Administração
DRI	Divisão de Relações Internacionais
DSAF	Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
DSATS	Direção de Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado
DSDIC	Direção de Serviços de Documentação, Informação e Comunicação
EFP	Estatuto dos Funcionários Parlamentares
EPJ	Equipa Parlamento dos Jovens
GARIP	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
GCOE	Gabinete de Controlo Orçamental Externo
GME	Gabinete Médico e de Enfermagem
LOFAR	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
SAR	Serviços da Assembleia da República
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental